

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 14 novas lojas, sediadas nos Estados de Mato Grosso (2), Goiás (4), Pará (4), Maranhão (1) e Tocantins (3).

1.2 Aquisição da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Água Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas. As informações detalhadas da operação estão divulgadas na nota 11.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Re emissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 9 de junho de 2020 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 35.(c)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada de forma definitiva pelos acionistas da Companhia em 21 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela a controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por sua controlada indireta Campeã no período de 17 de junho a 31 de dezembro de 2019 (a partir da data de aquisição de controle – Nota 1.2), que em conjunto, formam o Grupo Rural Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.) de 1º janeiro a 31 de agosto de 2018 (oito meses até a data de incorporação pela Rural), considerando o percentual de participação de 62,5% (2018 – 62,2%).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 pelo Grupo:

- CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O Grupo aplicou a abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos:

O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos e os pagamentos efetivos são amortizados, e os juros incorridos são acrescidos no passivo de arrendamento. A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962:

	Imóveis	Total
Fluxos de caixa não descontado	17.014	17.014
Ajuste a valor presente	(6.052)	(6.052)
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	10.962	10.962

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não havia contratos de arrendamento onerosos que poderiam demandar um ajuste nos ativos de direito de uso na data inicial de adoção.

Expedientes práticos aplicados

Na primeira aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.
- Utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos.
- Contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo.
- Exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

As atividades de arrendamento do Grupo e a maneira como são contabilizadas

O Grupo aluga imóveis onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos), menos incentivos de arrendamentos a receber.
- Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice ou taxa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais.
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa de empréstimo incremental do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.
- Quaisquer custos diretos iniciais.
- Custos de restauração.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

- ICPC 22 / IFRIC 23- "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32/ IAS 12 – “Tributos sobre o lucro”, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 29).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5.4 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo **commodities**. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.

Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de “Barter”, em que a Companhia comercializa defensivos em troca de **commodities** agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de **commodities** (soja e milho) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 18).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo.

Os demais itens em estoque estão demonstrados pelo custo de aquisição que não excede o valor de mercado. A determinação do preço unitário dos itens na data do balanço é a média ponderável móvel baseada no histórico de compra, que não excede o custo de reposição, deduzido dos impostos recuperáveis.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, e estão assim apresentadas:

Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	3 a 5 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos

A administração tem utilizado a vida útil fiscal para a depreciação dos bens do ativo imobilizado, pois considera que essas vidas úteis se aproximam da vida útil real dos referidos ativos, bem como que eventual ajuste nessa estimativa não resultaria em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) e receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Intangível

(a) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.10 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota 3.2, até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras.

As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Na adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do CPC 06/ IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Em 31 de dezembro de 2019, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas beneficia as operações do Grupo como um todo e, frente a impossibilidade de alocação de valor entre a UGCs, senão por critério arbitrário, o teste de impairment sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado das operações do Grupo como um todo , enquanto a avaliação de indicadores de impairment sobre os demais ativos considerou a segregação entre entidades jurídicas (Companhia, Rural Brasil e Campeã). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.15 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

(a) Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo aufera margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

(b) Serviços

As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas da sua realização.

3.18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.19 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.20 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.21 Benefícios a empregados

(a) Opção de pagamento baseado em ações

A Companhia possui plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da Companhia.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Companhia revisou suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

3.22 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa em seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) é apurada pelo critério de perdas esperadas. Tendo em vista todos os controles do Grupo para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa inadimplência histórica, no Grupo o *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

(c) Provisão para contingências

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

(d) Perda (*impairment*) sobre imposto de renda e contribuição social diferidos

A capacidade de recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos do Grupo é avaliada com base na probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Tratamentos fiscais incertos

Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), o Grupo avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, o Grupo deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

(f) Ajuste a valor presente sobre contas a receber e contas a pagar

O ajuste a valor presente é calculado com base no prazo de cada operação, entre data de aquisição ou venda e a data de vencimento, descontados a taxa de juros usualmente embutidas nas operações.

(g) Valor justo dos estoques de commodities

A determinação do valor justo dos produtos agrícolas é realizada com base no preço de mercado para cada commodity.

(h) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias que indicarem um possível *impairment*.

(i) Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06(R2)/ IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2019 e 2018, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 376 e R\$ 447, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2019 e 2018, essas operações resultaram no reconhecimento de receita financeira de R\$ 376 e de despesa financeira de R\$ 39, respectivamente.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhos de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2019 e 2018, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	22.883	18.391
Fornecedores	(19.825)	(23.384)
Empréstimos e financiamentos	6.065	8.057
Contratos de swap	(6.065)	(8.057)
	3.058	(4.993)

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições/produtos	2019		2018	
	Soja	Milho	Soja	Milho
Contratos de compra	111.120	76.620	148.464	114.258
Contratos de venda	(110.254)	(71.427)	(147.609)	(113.832)
Posição contratos futuros	866	5.193	854	426

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 12 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	2019	2018
A vencer	767.867	564.862
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	6.856	503
Entre 31 e 60 dias	1.108	1.892
Entre 61 e 90 dias	3.501	10.047
Entre 91 e 180 dias	8.469	19.092
Entre 181 dias e 365 dias	12.045	20.774
Acima de 365 dias	63.937	34.513
(-) PCLD	(41.508)	(30.711)
Sub-total	54.408	56.111
	822.275	620.972

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	(30.711)	(20.712)
Constituição	(22.125)	(16.150)
Reversão	11.328	6.150
Saldo final	(41.508)	(30.711)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até 12 meses	De 2 a 3 anos
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores	583.792	
Empréstimos, financiamentos	226.425	70.345
Passivo de arrendamento	3.819	8.015
Obrigações por cessão de crédito	208.763	
Obrigação por aquisição de ações	9.720	3.613
Outras contas a pagar	17.387	
	<hr/> 1.049.906	<hr/> 81.973
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	431.577	
Empréstimos, financiamentos	160.057	128.767
Debêntures	30.153	
Obrigações por cessão de crédito	155.279	
Obrigação por aquisição de ações	30.315	
Outras contas a pagar	10.890	
	<hr/> 818.270	<hr/> 128.767

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 16 e 17.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2018, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 37% em 2019 e 53% em 2018.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos, Passivos de arrendamento e Debêntures	273.957	284.397
(-) Caixa e equivalentes	<u>(118.918)</u>	<u>(80.729)</u>
Dívida líquida	155.039	203.668
Total do patrimônio líquido	<u>262.970</u>	<u>183.975</u>
Capital total	<u>418.009</u>	<u>387.644</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>37%</u>	<u>53%</u>

As obrigações por cessão de crédito (Nota 18) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 2 -informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019 são:

- i) Contas a receber em operações de barter R\$ 120.142 (2018 – R\$ 166.410) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo; e
- ii) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 1.085 (2018 – R\$ 1.156), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 32).

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não possui instrumentos financeiros classificados no nível 3.

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

(a) Nível 1

O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreciação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

6. Caixa e equivalentes de Caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa			256	35
Banco conta movimento	82	6	7.531	9.972
Aplicações financeiras (i)	<u>205</u>	<u>180</u>	<u>111.131</u>	<u>70.722</u>
	<u>287</u>	<u>186</u>	<u>118.918</u>	<u>80.729</u>
Aplicações financeiras (ii)			6.009	
	<u>287</u>	<u>186</u>	<u>124.927</u>	<u>80.729</u>

- (i) As aplicações financeiras representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 79% a 84% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2018 – 90% a 98% do CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor; e
- (ii) Referem-se a aplicações financeiras cujo prazo de vencimento para resgate supera 90 dias. Essas aplicações financeiras são mantidas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, renumerados por taxas de 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2018 – 90% a 98% do CDI).

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

	2019	2018
Contas a receber clientes nacionais (iii)	656.604	465.431
Contas a receber partes relacionadas (nota 23)	42.203	35.051
Títulos securitizados - CRA (i)	182.757	166.792
Outras contas a receber	6.786	5.598
(-) PCLD	(41.508)	(30.711)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	<u>(24.567)</u>	<u>(21.189)</u>
	<u>822.275</u>	<u>620.972</u>
Circulante	747.735	563.151
Não circulante	74.540	57.821
	<u>822.275</u>	<u>620.972</u>

- (i) Em 2019 e 2018, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 18).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 182.757 (2018 – R\$ 166.792) cedidos para a liquidação dessas obrigações.

- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 222 dias (2018 – 251 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2019 e 2018.
- (iii) As contas a receber compreendem o montante de R\$ 120.142 (2018 – R\$ 166.410), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e movimentação da provisão para credores de liquidação duvidosa são apresentados na nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 54.408 (2018 – R\$ 30.212) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Em 2019, a administração trabalhou para o aprimoramento de seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, consequentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Os recebíveis do Grupo são originados nas suas operações de varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR e alienação fiduciária.

Deste modo, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição do Grupo ao risco de crédito.

8. Estoques (Consolidado)

	2019	2018
Defensivos	172.645	169.690
Sementes	23.910	17.632
Fertilizante foliar	39.071	21.044
Outros	7.926	4.150
	<hr/> 243.552	<hr/> 212.516

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo constituiu provisão para perdas nos estoques e provisão de descartes nos montantes de R\$ 525 e de R\$ 98, respectivamente (em 2018 -nos montantes de R\$ 2.840 e R\$ 53, respectivamente).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.935	2.421
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.319	987
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.085	6.840
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	847	2.020
Programa de Integração Social - PIS	357	292
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.237	909
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	8	8
	10.788	13.477

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bens mantidos para venda			2.560	2.311
Adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	2.396	1.922	24.764	12.057
Outros valores a receber	91	553	92	92
	2.396	2.013	27.877	14.460

11. Investimentos (Controladora)

	2019	2018
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	185.551	160.551
Participação no capital social	62,47%	62,22%
Participação nos investimentos	115.919	99.895
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização	3.032	
Tributos diferidos, relacionados	(1.031)	
Ágio na aquisição de investida	74.898	74.898
Saldo contábil do investimento na controladora	190.817	176.795

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2019:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Rural Brasil S.A.	62,5%	62,2%	185.551	160.551	22.602	3.748

11.1 Informações financeiras resumidas

	2019	2018
Ativo circulante	1.127.282	884.377
Ativo não circulante	184.856	95.445
Passivo circulante	1.057.316	705.170
Passivo não circulante	69.272	114.101
Patrimônio líquido	185.550	160.551
 Resultado do exercício	 22.602	 3.748

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Em 1º de janeiro de 2018	176.307
Resultado de equivalência patrimonial	2.419
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aquisição de participação incremental (ii)	5.486
Perda na aquisição de participação incremental (ii)	(2.296)
Transação com não controladores (iv)	(3.121)
 Em 31 de dezembro de 2018	 176.795
Resultado de equivalência patrimonial	14.141
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aumento de capital na controlada (iii)	4.840
Ações em tesouraria (v)	(277)
Opção de pagamento baseado em ações (vi)	846
Dividendos mínimos obrigatórios	(137)
Transação com não controladores (iv)	(3.391)
 190.817	 190.817

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos, findos no exercício de 2019. A amortização no exercício foi de R\$ 3.031 (2018 - R\$ 3.031) e a realização de impostos diferidos de R\$ 1.030 (2018 - R\$ 1.030).
- (ii) Em abril de 2018, conforme instrumento particular de compra e venda de ações a Companhia adquiriu 107.085 ações preferências de classe “G”, 222 de classe “I” e 970.301 novas ações preferenciais classe “N”

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Rural Brasil S.A., então detidas pelos acionistas não controladores, pelo montante de R\$ 5.486. O valor patrimonial dessas ações na data da transação foi de R\$ 3.190, resultando em perda na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 2.296, registrada em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.5).

- (iii) Em 27 de maio de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram aumento de capital social no valor de R\$ 20.865 mediante emissão de 3.154.358 novas ações ordinárias, o aumento de capital ora aprovado será integralizado da seguinte forma: (a) R\$ 7.292 a serem integralizados na presente data; (b) R\$ 4.827 a serem integralizados no primeiro aniversário da data de subscrição; (c) R\$ 5.026 a serem integralizados no segundo aniversário da data de subscrição; (d) R\$ 1.824 a serem integralizados no terceiro aniversário da data da subscrição; e (e) R\$ 1.896 a serem integralizados no quarto aniversário da data de subscrição. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia integralizou o montante de R\$ 4.840 referente a este aumento de capital e, em decorrência da alteração de participação societária, registrou ganho de R\$ 103 na transação com acionistas não controladores.
- (iv) Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil entre 2017 e 2019 registrado em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.5).
- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Rural Brasil recomprou de 242.625 ações preferenciais, reconhecidas em contrapartida ao patrimônio líquido, como ações em tesouraria (Nota 22.6).
- (vi) Em 9 de outubro de 2019, os acionistas da Rural Brasil aprovaram o plano de pagamento baseado em ações, que permite que o Grupo outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. Durante o exercício de 2019, a Rural Brasil reconheceu o efeito das opções concedidas e maturadas no período, como remuneração aos administradores, em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 22.7).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Benfeitorias	
						Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.758	772	2.731	1.016	626	2.604	9.508
Adições	236	1.125	7.663	999	940	2.271	13.234
Baixas		(1)	(212)	(18)	(43)	(82)	(356)
Depreciação	(308)	(128)	(786)	(145)	(94)	(378)	(1.839)
Transferência	(787)					787	
Em 31 de dezembro de 2018	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Custo	1.038	2.245	11.297	2.508	1.767	5.355	24.210
Depreciação acumulada	(139)	(477)	(1.901)	(656)	(338)	(153)	(3.664)
Valor residual	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Em 1º de janeiro de 2019	899	1.768	9.396	1.852	1.429	5.202	20.546
Adições	964	1.330	2.274	312	427	3.272	8.579
Baixas	(12)	(52)	(612)	(516)	(218)	(21)	(1.213)
Depreciação	(162)	(334)	(2.345)	(306)	(218)	(231)	(3.597)
Imobilizado adquirido na combinação de negócios	54	1.094	747	52	76	609	2.632
Em 31 de dezembro de 2019	1.743	3.806	9.459	1.394	1.714	8.831	26.947
Custo	2.044	4.617	13.536	2.356	2.270	9.215	34.038
Depreciação acumulada	(301)	(811)	(4.077)	(962)	(556)	(384)	(7.091)
Valor residual	1.743	3.806	9.459	1.394	1.714	8.831	26.947

Em 2018, o montante de R\$787 transferido do grupo de edificações para benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se a obras realizadas em lojas arrendadas, voltadas principalmente ao atendimento de regulamentação ambiental.

13. Intangível (Consolidado)

	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 1º de janeiro de 2018	56	888	74.898	6.062	81.904
Adições		3.193			3.193
Baixas		(361)			(361)
Amortização				(3.031)	(3.031)
Em 31 de dezembro de 2018	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Custo	66	4.130	74.898	9.851	88.945
Amortização acumulada	(10)	(410)		(6.820)	(7.240)
Valor residual	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Em 1º de janeiro de 2019	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Adições	117	5.669	15.328		21.114
Baixas	(17)	(25)			(42)
Amortização	(18)	(1.041)		(3.031)	(4.090)
Aquisição de investida					
Em 31 de dezembro de 2019	138	8.323	90.226		98.687
Custo	166	9.774	90.226	9.851	110.017
Amortização acumulada	(28)	(1.451)		(9.851)	(11.330)
Valor residual	138	8.323	90.226		98.687

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na junta comercia do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retromencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 27.504, o qual foi integralmente liquidado durante o exercício de 2019.

Em 2019, a Rural Brasil adquiriu o controle societário da Campeã Agronegócios S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de ações e integralização de capital social que, somados representam participação equivalente a 70% do capital social votante dessa Controlada. A transação foi realizada nos termos do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de ações e outras avenças assinado em 8 de março de 2019 e do Termo de Fechamento e 1º Aditamento ao Contrato de Compra e Venda e Subscrição de ações e outras avenças, assinado em 17 de junho de 2019 (doravante e, denominado em conjunto, “Contrato”).

As demonstrações financeiras da Campeã foram consolidadas a partir da data de aquisição, concluída em 17 de junho de 2019. As demonstrações financeiras da Campeã foram consolidadas a partir da data de aquisição, concluída em 17 de junho de 2019. A partir dessa data, o Grupo passou a consolidar os resultados dessa controlada. Por essa razão, as demonstrações consolidadas do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, consolidam os resultados de, aproximadamente, sete meses da Campeã.

A aquisição de controle da Campeã foi obtida mediante desembolso financeiro pela Rural, no montante de R\$ 21.519, dos quais R\$ 15.328 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2020, dentro do prazo legal para registro na junta comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retro mencionado, o valor de R\$ 5.003 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Sementes Campeã, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos e R\$ 182 foram alocados a mais valia de ativo imobilizado, a ser depreciado em 10 anos.

Conforme previsto no CPC 15 (R1)/ IFRS 3 - Combinação de negócios, durante o período de mensuração da combinação de negócios, que não deve exceder a um ano, o adquirente deve contabilizar os valores provisórios para os itens cuja mensuração estiver incompleta e, subsequentemente, ajustar tais valores com base nos resultados definitivos da mensuração. Os efeitos da alocação definitiva do preço pago na combinação de negócios foram considerados imateriais para as demonstrações financeiras de 2019, e, portanto, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras subsequentes nos seguintes montantes:

Demonstrações financeiras consolidadas em	31/12/2019 débito/(crédito)	Ajuste PPA débito/(crédito)	01/01/2020 débito/(crédito)
Total do ativo circulante	1.155.964		1.155.964
Realizável a longo prazo	114.820		114.820
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo	7.635	(1.763)	5.872
Investimentos	28		28
Imobilizado	26.947		26.947
Mais valia sobre o ativo imobilizado		182	182
Ativo imobilizado - Outros	26.947		26.947
Direito de uso	10.120		10.120
Intangível	98.687		98.687
Ágio gerado na combinação de negócios	90.226	(2.395)	87.831
Mais valia sobre a carteira de clientes	3.031	5.003	8.034
Ativo intangível - Outros	5.430		5.430
Total do ativo	1.414.201	1.027	1.415.228
Total do passivo	(1.151.231)		(1.151.231)
Patrimônio líquida atribuível aos controladores	(192.059)		(192.059)
Patrimônio líquida atribuível aos acionistas não controladores	(70.911)	(1.027)	(71.938)
Total do patrimônio líquido	(262.970)	(1.027)	(263.997)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo remanescente a pagar pela aquisição do controle da Campeã, reconhecido na rubrica de outros passivos no passivo circulante e não circulante da Companhia, é de R\$ 8.819 e R\$ 3.000, respectivamente, sujeitos a atualização monetária pela variação positiva do IGP-M/FGV. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a obrigação decorrente do compromisso de aporte futuro de capital é apresentada de forma líquida dos efeitos da eliminação da parcela reconhecida como investimento da Companhia.

Testes do ágio para verificação de impairment

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que, no entendimento da administração, correspondem às controladas da Companhia. A administração avaliou e concluiu que cada filial não corresponde à uma UGC porque são administrados como pontos de venda de um mesmo negócio. Dessa forma, a alocação de ágio por UGC é como segue:

	2019	2018
Rural Brasil S.A.	74.898	74.898
Sementes Campeã	15.328	
	90.226	74.898

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

O valor recuperável da UGC é avaliado anualmente com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 11,7% (sendo os primeiros 3 anos 14,54% a.a.), com uma margem média de EBITDA de 5,3%. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4 % a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,56% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 4,8% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 11,4%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 86.793. Em 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Direito de uso (Consolidado)

	Imóveis	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	10.962	10.962
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	2.654	2.654
Amortização de direito de uso do exercício	<u>(3.497)</u>	<u>(3.497)</u>
	10.120	10.120
Custo	13.617	13.617
Amortização acumulada	<u>(3.497)</u>	<u>(3.497)</u>
Valor residual	10.120	10.120

15. Fornecedores (Consolidado)

	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	679.318	431.506
Fornecedores - partes relacionadas (nota 23)	71	71
(-) Ajuste a valor presente (i)	<u>(47.763)</u>	<u>(35.977)</u>
	631.555	395.599

(i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,5% a.m. no exercício de 2019 e de 2018 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 205.430 e R\$ 58.407, respectivamente (2018 – R\$ 149.434 e R\$ 107.521 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 135% do CDI (2018 - 100% e 105% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,11% e 12,80% (2018 - 9% e 12,25%)

16.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	2019	2018
2020	105.352	105.352
2021	48.792	2.169
2022	<u>9.615</u>	<u>9.615</u>
	58.407	107.521

16.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

16.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

17. Passivo de arrendamento (Consolidado)

Os contratos de arrendamentos do Grupo referem-se a imóveis e bens onde estão instaladas nossas lojas, centro de distribuição, prédios administrativos e silos.

Os valores de passivos de arrendamento reconhecido no exercício de 2019 estão demonstrados abaixo:

	Imóveis	Total
Fluxos de caixa não descontado	17.927	17.927
Ajuste a valor presente	<u>(7.807)</u>	<u>(7.807)</u>
Valor presente	10.120	10.120
Passivo circulante	3.465	3.465
Passivo não circulante	6.655	6.655
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10.120</u>	<u>10.120</u>

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
2021	3.964
2022	3.047
2023	2.103
2024	5.348
Ajuste a valor presente	<u>(7.807)</u>
	<u>6.655</u>

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Valor nominal	Valor descontado
Contraprestações do arrendamento	17.927	10.120
Pis/cofins potencial (9,25%)	<u>(1.658)</u>	<u>(936)</u>
	<u>16.269</u>	<u>9.184</u>

A Companhia calculou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	10,2%
3 anos	11,0%
4 anos	11,8%
5 anos	12,0%

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R1)/ IFRS 16, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2019 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Ativo direito de uso					
IFRS 16	7.642	5.163	3.166	1.561	496
Ofício CVM	9.014	6.115	3.764	1.861	596
	<u>18,0%</u>	<u>18,4%</u>	<u>18,9%</u>	<u>19,2%</u>	<u>20,1%</u>
Passivo de arrendamento					
IFRS 16	7.657	5.961	4.573	3.436	2.722
Ofício CVM	8.693	6.815	5.239	3.944	3.131
	<u>13,5%</u>	<u>14,3%</u>	<u>14,6%</u>	<u>14,8%</u>	<u>15,0%</u>
Despesa com depreciação					
IFRS 16	(2.478)	(1.997)	(1.605)	(1.065)	(496)
Ofício CVM	(2.899)	(2.351)	(1.903)	(1.265)	(596)
	<u>17,0%</u>	<u>17,7%</u>	<u>18,5%</u>	<u>18,8%</u>	<u>20,1%</u>
Despesa financeira					
IFRS 16	(797)	(621)	(476)	(358)	(283)
Ofício CVM	(1.034)	(842)	(703)	(550)	(413)
	<u>29,7%</u>	<u>35,6%</u>	<u>47,6%</u>	<u>53,7%</u>	<u>45,8%</u>
				IFRS 16	Ofício CVM
Despesa com depreciação				(7.642)	(9.014)
Despesa financeira				(2.536)	(3.543)
				<u>(10.178)</u>	<u>(12.557)</u>

18. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais médios	2019	2018
CRA (i)	7,11% a.a.	26.706	
CRA (ii)	11,98% a.a.	21.234	21.508
CRA (iii)	102,6% do CDI	109.134	96.605
CRA (iv)	100% do CDI	73.642	
		<u>204.010</u>	<u>144.819</u>
Despesas com colocação de títulos		<u>(14.604)</u>	<u>(3.502)</u>
		<u>189.406</u>	<u>141.317</u>

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de 12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.
- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) Em 2019, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., lastreada em duplicatas emitidas pela Rural Brasil contra os clientes. Essa operação foi no montante total de R\$ 73.642 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 100% do DI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2019.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

18.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 40.280 (2018 – R\$ 8.517), referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

19. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2019	2018
Funrural a recolher (i)	673	681
IRPJ e CSLL a recolher	11.201	3.588
Outros impostos e contribuições a recolher	1.332	471
Passivo Circulante	13.206	4.739
Funrural - Parcelamento Lei 13.606 (i)	2.167	5.468
Passivo não circulante	2.167	5.468
Total de impostos e contribuições a recolher	15.373	10.207

(i) Refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 9 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos de clientes			4.527	3.372
Dividendos a pagar	1.494	754	1.839	790
Provisão para comissões e royalties a pagar			8.407	5.582
Outras contas a pagar			1.003	136
	<u>1.494</u>	<u>754</u>	<u>15.776</u>	<u>9.880</u>

21. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2019 é de zero (2018 – zero), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 613 (2018 – R\$ 451) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

22. Patrimônio líquido (Controladora)

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social no valor de R\$ 134.303 (2018 – R\$ 105.553), está representado por 181.027.330 (2018 - 157.544.523) ações ordinárias.

Em 20 de maio de 2019, houve um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 28.750, passando este de R\$ 105.553 para R\$ 134.303, mediante a emissão de 23.482.807 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de março de 2018, a Companhia emitiu 2.544.374 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 254 destinados à capital social e R\$ 2.290 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício.

Em 26 de setembro de 2018, a Companhia emitiu 15.952.426 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 1.690 destinados à capital social e R\$ 15.210 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 27.004.724 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.750 destinados à capital social e R\$ 24.754 destinados à reserva de capital, totalmente integralizados em 2019.

22.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

22.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

22.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	15.568	(2.562)
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(778)</u>	<u></u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>14.790</u>	<u>(2.562)</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	<u>(739)</u>	<u></u>
Total de dividendos	<u>(739)</u>	<u>-</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>5%</u>	<u>0%</u>

Os dividendos provisionados em 2019 foram de R\$ 739. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial – Transações de capital com acionistas não controladores

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil entre 2017 e 2019.

22.6 Ações em tesouraria na controlada

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido da Rural Brasil. Nenhum ganho ou perda foi reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da controlada Rural Brasil.

22.7 Plano de opção de pagamento baseado em ações na controlada

22.7.1 Objetivo do plano

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do primeiro programa aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil, estabelecer os planos, indicando os Administradores, Empregados, e Prestadores de serviços que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações do Grupo e a quantidade total a ser distribuída.

Este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil realizada em 9 de outubro de 2018. O plano permite que a Companhia outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições.

O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades do Grupo; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Companhia e de suas afiliadas; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços na Companhia e/ou nas suas afiliadas.

22.7.2 Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Rural Brasil. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social a Rural Brasil.

22.7.3 Outorgas realizadas

Em 9 outubro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o plano de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ação, os planos de outorga de Ações Restritas e os planos de outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para Aceleração da Estratégia para o ano de 2018.

A Rural Brasil outorgou ao beneficiário 485.432 (quatrocentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e duas) opções de compra 1 (uma) ação preferencial de sua emissão, nominativa e sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Opções”), de forma que o Beneficiário poderá, observar os termos e condições previstos no plano, 1º Programa e adquirir ou subscrever até 485.432 (quatrocentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e duas) ações preferenciais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atribuído a opções outorgadas é de R\$ 1.355.

22.8 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	24.454	(1.562)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	166.196	134.156
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	0,15	(0,01)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

23. Partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. A Administração considera como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas (nota 7)	42.203	35.051
Outros créditos (nota 110)	5.593	5.162
Contas a pagar a partes relacionadas (nota 15)		71
Obrigação por aquisição de ações (Nota 20)		27.504

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

Os outros créditos referem-se a valores pagos de forma antecipada para as partes relacionadas, conforme acordo firmado entre as partes.

(b) Vendas de produtos

	2019	2018
Vendas de produtos junto aos acionistas	16.566	21.786
Venda de produtos demais partes relacionadas	41.013	32.056
	57.579	53.842

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2018 - 10%).

(c) Compras de produtos e serviços

	2019	2018
Compras de produtos junto aos acionistas	5.240	7.104
Compras de produtos demais partes relacionadas	4.562	12.451
	9.802	19.555

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2018 - 10%).

(d) Transações com acionistas

A Rural Brasil realiza os tipos de operações acima com seus acionistas, além de utilizar certos imóveis de propriedade dos acionistas para suas atividades operacionais, tendo ocorrido pagamento de aluguel em condições pactuadas contratualmente em 2019 no valor de R\$ 4.935 (2018 – R\$ 3.263).

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	5.045	6.012
Benefícios de rescisão	271	
Pagamentos com base em ações	1.355	
	6.671	6.012

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

24. Receitas (Consolidado)

	2019	2018
Receita de venda de insumos agrícolas	1.300.673	956.042
Receita de venda de grãos de soja e milho	274.436	224.157
Impostos incidentes sobre as vendas(i)	(2.271)	(1.644)
Descontos, abatimentos e devoluções	(66.030)	(80.075)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	(63.115)	(45.566)
	1.443.693	1.052.915

As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas, bem como são isentas de Pis/Cofins.

25. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	2019	2018
Custo de materiais	1.351.896	987.798
Fretes	4.672	8.475
(-) Ajuste a valor presente de compras	(76.666)	(57.246)
	1.279.902	939.027

26. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa com aluguel			271	2.679
Despesa com depreciação e amortização			11.184	5.198
Despesa com impostos e taxas		2	1.858	2.044
Despesa com material de uso de consumo			1.167	1.036
Despesa com pessoal			21.340	21.705
Despesa com serviço de terceiros	6	708	8.826	6.845
Despesa com viagem e hospedagem		34	1.316	1.859
Outras despesas administrativas e gerais	9	17	4.536	726
	15	761	50.497	42.093

Durante o exercício de 2019, o aumento de outras despesas administrativas e gerais decorre substancialmente da abertura de novas seis lojas e aquisição de frota de 145 veículos realizada no final de 2018.

Nos montantes acima, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas tem a seguinte natureza, por exercício:

	Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Autuação e notificação tributária de exercícios anteriores			1.809	7.996
Consultoria para atividades não recorrentes (i)			2.578	3.644
Total de despesas não recorrentes			4.387	11.641

- (i) As despesas não recorrentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica de Consultoria para atividade não recorrente, estão substancialmente relacionadas à aquisição de ações da controlada Campeã Agronegócios Ltda., enquanto que em 2018 estão substancialmente relacionadas à mudança do escritório corporativo da controlada direta Rural Brasil S.A. do município de Jataí - GO para Goiânia- GO. [AL1]

27. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	2019	2018
Despesa com combustíveis	2.557	2.455
Despesas com salários e encargos sociais	25.500	10.990
Despesa com comissões	9.129	11.063
Despesa com logística	597	355
Despesa com propaganda e publicidade	1.603	2.014
Despesa com remuneração por ações	1.355	
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.797	10.000
Despesa com veículos, viagens e outros	807	1.753
	52.344	38.629

Durante o exercício de 2019, o aumento de despesas com salários e encargos decorre substancialmente da abertura de novas lojas e conclusão da reestruturação administrativa realizada no final de 2018, a qual envolveu contratação equipe e dirigentes.

28. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas

	Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018
Amostras recebidas			404	
Despesa com contingências		(1.264)	(7.490)	
Perda de estoque não inerente à operação		(623)	(2.894)	
Ganho (Perda) com imobilizado		102	(356)	
Recuperação de perdas (i)	4.840		4.840	
Outros	(234)	1.550	(341)	(1.903)
	4.606	1.550	2.715	(12.239)

- (i) Refere-se a recuperação de perdas incorridas pela controlada no desfecho de discussões judiciais relacionadas a período anterior a aquisição do investimento pela Companhia, deduzidas da última parcela paga aos acionistas não controladores nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes em 19 de maio

de 2016. As despesas correspondentes foram registradas em 2018 e as receitas foram reconhecidas quando a administração entendeu como líquido e certo o seu direito ao reembolso.

29. Resultado financeiro [AL2]

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita financeira				
Rendimento sobre aplicações financeiras	128	33	1.339	939
Descontos obtidos por antecipação de pagamentos			10.557	3.728
Realização do AVP de recebíveis			59.737	26.076
Receita com operações de Barter			376	447
Juros sobre clientes inadimplentes			24.621	22.150
	128	33	96.630	53.340
Despesa financeira				
SWAP			(2.803)	1.445
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.207)	(3.758)	(29.731)	(27.808)
Juros sobre CRA			(15.643)	(12.068)
Realização do AVP de recebíveis			(64.881)	(27.535)
Encargos sobre arrendamento mercantil			(1.054)	
Outras despesas financeiras	(87)	(46)	(10.167)	(9.326)
	(1.294)	(3.804)	(124.279)	(75.292)
Variação cambial				
Instrumentos financeiros derivativos			(2.803)	1.445
Variação cambial ativa	1		8.581	29.611
Variação cambial passiva			(6.466)	(30.693)
	1		(688)	363
Resultado financeiro	(1.164)	(3.771)	(28.337)	(21.588)

30. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2019	2018
Ajuste a valor presente e valor justo	(4.696)	(5.028)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.536	5.657
Provisão para devedores duvidosos	3.719	3.400
Provisão de bônus	1.132	566
Provisão para perda de estoques	230	966
Mais valia na combinação de negócios		(1.030)
Impairment	(121)	
Outros	1.835	(776)
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>7.635</u>	<u>3.755</u>
Impostos diferidos ativos	7.635	4.785
Impostos diferidos passivos		(1.030)
Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>7.635</u>	<u>3.755</u>

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	15.568	(2.563)	35.328	(661)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
	<u>(5.293)</u>	<u>871</u>	<u>(12.012)</u>	<u>225</u>
Resultado de equivalência patrimonial	4.128	142		
Outros diferenças permanentes	1.165	1.013	1.138	(1.126)
Tributos no resultado		2.026	(10.874)	(901)
Corrente			(14.404)	(3.588)
Diferido			3.530	2.687
			<u>(10.874)</u>	<u>(901)</u>

31. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter” O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Consolidado					
	Grãos		Insumos		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita operacional	274.436	224.157	1.169.258	828.758	1.443.693	1.052.915
Custo das mercadorias vendidas	(277.220)	(227.498)	(1.002.682)	(711.530)	(1.279.902)	(939.027)
Resultado bruto	(2.785)	(3.341)	166.576	117.229	163.791	113.888
Despesas com vendas	(367)	(690)	(51.977)	(37.939)	(52.344)	(38.630)
Despesas gerais e administrativas	(1.277)	(2.935)	(38.010)	(33.959)	(39.313)	(36.894)
Outros resultados operacionais	(32)		2.747	(12.239)	2.715	(12.239)
Resultado financeiro líquido	751	408	(29.088)	(21.996)	(28.337)	(21.588)
Resultado gerado pelos segmentos	(3.710)	(6.558)	50.248	11.096	46.512	4.537
Depreciação e amortização					(11.184)	(5.198)
Imposto de renda e contribuição social					(10.874)	(901)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					24.454	(1.562)

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

	Insumos		Total	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Contas a receber de clientes	822.275	620.972	822.275	620.972
Estoques	243.552	212.517	243.552	212.517
Total dos ativos alocados	<u>1.065.827</u>	<u>833.488</u>	<u>1.065.827</u>	<u>833.488</u>
Demais ativos não alocáveis			348.374	225.375
Total dos ativos			1.414.201	1.058.863
Passivo				
Fornecedores	631.555	395.599	631.555	395.599
Total dos passivos alocados	<u>631.555</u>	<u>395.599</u>	<u>631.555</u>	<u>395.599</u>
Demais passivos não alocáveis			782.646	663.264
Total dos passivos			1.414.201	1.058.863

32. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

32.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	2019	2018
Valor justo através do resultado		
Contratos a termo - commodities	164.317	216.050
Instrumentos financeiros derivativos	1.085	1.156
	<hr/> 165.402	<hr/> 217.206
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	118.918	80.729
Aplicações financeiras	6.009	
Contas a receber de clientes (i)	702.133	454.562
Títulos e valores mobiliários	40.280	8.517
Outros créditos	27.877	14.460
	<hr/> 895.216	<hr/> 558.268
	<hr/> 1.060.619	<hr/> 775.473

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

32.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como custo amortizado, e são como segue:

	2019	2018
Valor justo através do resultado		
Contratos a termo - commodities	<hr/> 163.942	<hr/> 216.089
	<hr/> 163.942	<hr/> 216.089
Custo amortizado		
Fornecedores	631.555	395.599
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	263.837	284.397
Passivo de arrendamento	10.120	
Obrigações por cessão de crédito	189.406	141.317
Obrigação por aquisição de ações	11.819	27.504
Outras contas a pagar	18.776	9.880
	<hr/> 1.125.512	<hr/> 858.696
	<hr/> 1.289.454	<hr/> 1.074.785

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.
- **Contas a receber de clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.
- **Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Contratos a termo financeiro - cambiais - / commodities** - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo..
- **Obrigações com títulos securitizados** - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
- **Títulos e valores mobiliários** – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.
- **Outros créditos** – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros.
- **Mútuo com partes relacionadas** – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.
- **Passivos de arrendamento** – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

32.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

32.3 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	2019	2018
Swap de taxas de juros	(1.085)	(1.156)
	(1.085)	(1.156)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

32.4 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2019, correspondem a R\$ 1.085 (2018 - R\$ 1.156). Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de juros fixas variaram entre 2,4% e 2,5% (2018 - 1,1% a 1,21%).

32.5 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2019

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nocional	Valor de mercado
Soja	1.852	R\$70,38	R\$130.344	191
Milho	1.277	R\$26,31	R\$33.598	185
				<u>376</u>

(b) 2018

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nocional	Valor de mercado
Soja	2.474	R\$69,56	R\$172.119	(279)
Milho	1.904	R\$23,09	R\$43.970	240
				<u>(39)</u>

32.6 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 4,0307 em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 3,8748) acima.

Banco	Vencimento	2019		2018	
		Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	Banco	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	Vencimento
Citibank	29/03/2019		Citibank	29/03/2019	495
Citibank	25/11/2019		Citibank	25/11/2019	429
Votorantim	14/01/2021	(556)	Votorantim	19/09/2019	(2.080)
Itaú	30/11/2020	<u>(529)</u>			
		<u>(1.085)</u>			<u>(1.156)</u>

32.7 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	Provável		Aumento		Redução	
					5%		25%	50%	25%	50%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Soja - Safra 19.20	866	Venda	1.010	69,99	(50)	(252)	(505)	252	505	
Milho - Safra 2020	5.193	Venda	2.277	26,31	(114)	(569)	(1.138)	569	1.138	
					(164)	(822)	(1.643)	822	1.643	

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

	Risco	Saldo Nocional	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Provável		Aumento		Redução	
					5%		25%	50%	25%	50%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Cambio	6.065	24.444	4.0307	1.222	6.111	12.222	(6.111)	(12.222)	
Contrato de Swap	Cambio	(6.065)	(24.444)	4.0307	(1.222)	(6.111)	(12.222)	6.111	12.222	

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	Provável		Aumento		Redução	
					5%		25%	50%	25%	50%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	256.238	257.772	6,0%	(762)	(3.812)	(7.623)	3.812	7.623	
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.065	6.065	6,0%	(18)	(90)	(180)	90	180	
		262.303	263.837		(780)	(3.902)	(7.804)	3.902	7.804	

33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos de curto e longo prazos.

	2019	2018
Empréstimo de curto prazo	205.430	149.434
Empréstimo de longo prazo	58.407	107.521
Debêntures		27.442
Arrendamento de curto prazo	3.465	
Arrendamento de longo prazo	6.655	
Total da dívida	273.957	284.397
Caixa e equivalentes de caixa	(118.918)	(80.729)
Aplicação financeira	(6.009)	
Dívida líquida	<u>149.030</u>	<u>203.668</u>

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Debêntures e outros	Arrendamentos	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Aplicação financeira	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	147.784			147.784	(69.908)		77.876
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Captação de debêntures		25.000		25.000			25.000
Obtenção de empréstimos	275.719			275.719			275.719
Pagamento de empréstimos	(172.404)			(172.404)			(172.404)
Pagamento de juros/dividendos	(16.097)			(16.097)			(16.097)
Outras					(10.821)		(10.821)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Juros apropriados	21.953	2.442		24.395			24.395
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	256.955	27.442		284.397	(80.729)		203.668
Ajuste de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06(R2) - Nota 3.2			10.962	10.962			10.962
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2019	256.955	27.442	10.962	295.358	(80.729)		214.629
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Obtenção de empréstimos	178.616			178.616			178.616
Pagamento de empréstimos/debêntures	(177.465)	(27.442)		(204.907)			(204.907)
Pagamento de juros	(25.319)			(25.319)			(25.319)
Contraprestações de arrendamento pagas			(4.550)	(4.550)			(4.550)
Outras					(38.189)	(6.009)	(44.198)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Aquisição/novos arrendamentos							
Juros apropriados	26.853		1.054	27.907			27.907
Efeito da combinação de negócios	4.197		2.654	6.851			6.851
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	263.837		10.120	273.957	(118.918)	(6.009)	149.030

34. Cobertura de seguros (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

35. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diane das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ser listada no Novo Mercado. Presentemente, o Grupo se empenha para prestar as informações suplementares necessárias para:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do

capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 12 novas lojas, sediadas nos Estados de Mato Grosso (2), Goiás (3), Pará (4), Maranhão (1) e Tocantins (2).

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 24 de maio de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 33.(d)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil (doze meses), e as operações realizadas por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.) de 1º janeiro a 31 de agosto de 2018 (oito meses até a data de incorporação pela Rural), considerando o percentual de participação de 62,22% (2017 – 60,00%).

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e interpretações foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do impairment para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" foram reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do impairment de ativos financeiros foram revistos e a Companhia optou pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), não sendo identificado ajuste a ser registrado na data de transição.

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo aufere receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trouxe impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- No que se refere à interpretação ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2018, não há outras normas e interpretações já emitidas e que não estão em vigor, que poderiam afetar as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 27).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, em acordo com a norma CPC 48/ IFRS 9, o Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção inicial do CPC 48, IFRS 8, os ativos financeiros, no reconhecimento eram classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A segregação dos ativos financeiros por modalidade esta apresentada na Nota 30.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo, como segue:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- . Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

O Grupo não mantém investimentos patrimoniais.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

Desde 1º de janeiro de 2018, o Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo avaliava a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram registradas somente se havia evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Em virtude de o Grupo não ter adotado como política a contabilidade de hedge (hedge accounting), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado, em “Resultado financeiro”.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que o Grupo comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* é ajustado pela cotação da *commodity* (soja e milho) no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 16).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo..

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, e estão assim apresentadas:

Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Computadores	5 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Benfeitorias	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) e receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Intangível

a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

b) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de impairment sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato);
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo aufera margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

3.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo regime de competência utilizando o método dos juros efetivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de *barter* são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Despesas financeiras”.

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.20 Benefícios a empregados

(a) Opção de pagamento baseado em ações

Em 2018, a Rural Brasil, controlada da Companhia, instituiu plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da referida controlada.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico).

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos.

O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Rural Brasil revisou suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Rural Brasil reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos são reconhecidos de forma reflexa, na conta de avaliação de ajustes patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

3.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.22 Normas novas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC, sendo sua vigência a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não rerepresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.
- A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962.

ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

(f) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 2018, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2018 e 2017, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 447 e R\$ 9.359, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2018 e 2017, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira nos montantes de R\$ 39 e R\$ 32, respectivamente.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2018 e 2017, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	18.391	10.357
Fornecedores	(23.384)	(14.149)
Empréstimos e financiamentos	8.057	6.900
Contratos de swap	(8.057)	(6.900)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	(4.993)	(3.792)

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de commodities, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Posições/produtos	2018		2017	
	Soja	Milho	Soja	Milho
Contratos de compra	148.464	114.258	132.527	21.151
Contratos de venda	(147.609)	(113.832)	(134.669)	(25.408)
Posição contratos futuros	854	426	(2.142)	(4.257)

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas calculadas em, aproximadamente, 0,8% do faturamento anual de insumos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas à seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 36 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, históricos da carteira dos mesmos clientes. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em suma, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O aging dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	2018	2017
A vencer	564.861	504.491
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	503	935
Entre 31 e 60 dias	1.892	1.973
Entre 61 e 90 dias	10.047	3.293
Entre 91 e 180 dias	19.092	11.586
Entre 181 dias e 365 dias	20.774	14.272
Acima de 365 dias	34.513	19.456
(-) PCLD	(30.711)	(20.711)
 Sub-total	 56.110	 30.805
	620.972	535.296

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	(20.711)	(12.307)
Constituição	(16.150)	(12.028)
Reversão	6.150	3.625
 Saldo final	 <u>(30.711)</u>	 <u>(20.711)</u>

As contas a receber de clientes são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 12 meses	2 a 3 anos
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	431.577	
Empréstimos, financiamentos	160.057	128.767
Debêntures	30.153	
Obrigações por cessão de crédito	155.279	
Obrigação por aquisição de ações	30.315	
Outras contas a pagar	10.890	
	818.270	128.767
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	553.250	
Empréstimos, financiamentos	145.436	18.473
Instrumentos financeiros derivativos	175	
Obrigações por cessão de crédito	153.884	
Obrigação por aquisição de ações	34.509	27.373
Outras contas a pagar	19.197	
	852.745	18.473

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada na Nota 15.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2018, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2017, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 53% em 2018 e 31% em 2017. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	2018	2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	284.397	147.784
(-) Caixa e equivalentes	6	(80.729)	(69.908)
Dívida líquida		203.668	77.876
Total do patrimônio líquido		183.975	171.051
Capital total		387.642	248.927
Índice de alavancagem financeira - %		53%	31%

As obrigações por cessão de crédito (Nota 16) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018 são:

- i) Contas a receber em operações de barter R\$ 166.410 (2017 – R\$ 126.334) (Nota 7), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo; e,
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter estavam zerados em 2018 (2017 – R\$ 6.330) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar estavam zerados em 2018 (2017 – R\$ 3.726), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo; e
- iv) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 1.156 (2017 – R\$ 159), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 30.5).

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa			35	9
Banco conta movimento	6	10	9.972	1.368
Aplicações financeiras (i)	180	317	70.722	68.531
	186	327	80.729	69.908

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 90% a 98% da CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição do saldo

	2018	2017
Contas a receber clientes nacionais (iii)	465.431	349.790
Contas a receber partes relacionadas (nota 33)	35.051	39.900
Títulos securitizados - CRA (i)	166.792	167.695
Outras contas a receber	5.598	9.055
(-) PCLD	(30.711)	(20.711)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	(21.189)	(10.434)
	620.972	535.296
 Circulante	 563.151	 485.143
Não circulante	57.821	50.153
	620.972	535.296

- (i) Em 2018 e 2017, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 166.792 (2017 – R\$ 167.695) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 212 dias (2017 – 184 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2018 e 2017.
- (iii) As contas a receber incluem o montante de R\$ 166.410 (2017 – R\$ 126.334), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 30.212 (2017 – R\$ 30.805) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Em 2018, a administração vem trabalhando no aprimoramento de seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, consequentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os recebíveis das controladas do Grupo são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

8. Estoques (Consolidado)

	2018	2017
Defensivos	169.690	265.723
Sementes	17.632	12.179
Fertilizante foliar	21.044	15.379
Grãos a granel		6.330
Outros	4.150	5.061
	212.516	304.673

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo constituiu provisão para perdas nos estoques e provisão de descartes nos montantes de R\$ 2.840 e de R\$ 53, respectivamente.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.286.457 (Em 2017 – R\$ 1.131.415).

Em 31 de dezembro de 2018, os estoques de grãos estavam zerados (2017 – 6.041 toneladas de milho e 1.134 toneladas de soja).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.421	3.173
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	987	508
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	6.840	4.079
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.020	1.400
Programa de Integração Social - PIS	292	408
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	909	1.766
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	8	4
	13.477	11.337

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bens mantidos para venda			2.311	
Adiantamentos a fornecedores e outros	232		11.480	12.948
Partes relacionadas	1.690	548	577	5.197
Outros valores a receber	91		92	
	2.013	548	14.460	18.145

11. Investimentos (Consolidado)

	2018	2017
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	160.551	147.836
Participação no capital social	62,22%	60,00%
Participação nos investimentos	99.895	88.702
Participação em aportes de capital futuro		8.706
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização	3.031	6.062
Tributos diferidos, relacionados	(1.030)	(2.061)
Ágio na aquisição de investida	74.898	74.898
Saldo contábil do investimento na Controladora	176.795	176.307

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2018:

Controlada	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Rural Brasil S.A.	62,2%	60,0%	160.551	147.836	3.748	23.776

11.1 Informações financeiras resumidas

	2018	2017
Ativo circulante	884.377	888.452
Ativo não circulante	95.445	83.070
Passivo circulante	705.170	807.272
Passivo não circulante	114.101	16.415
Patrimônio líquido	160.551	147.836
Resultado do exercício	3.748	23.776

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Em 1º de janeiro de 2017	174.448
Resultado de equivalência patrimonial	14.266
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.501)
Distribuição de dividendos	(135)
Transação de não controladores (ii)	<u>(9.771)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>176.307</u>
Resultado de equivalência patrimonial	2.419
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.000)
Aquisição de participação incremental (iii)	5.486
Transação de não controladores (iii)	(2.296)
Transação de não controladores (ii)	(3.408)
Distribuição de dividendos	<u>287</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>176.795</u>

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos, findos no exercício de 2019. A amortização no exercício foi de R\$ 3.030 (2017 - R\$ 3.789) e a realização de impostos diferidos de R\$ 1.030 (2017 - R\$ 1.288).
- (ii) Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.
- (iii) Em abril de 2018, conforme instrumento particular de compra e venda de ações a Companhia adquiriu 107.085 ações preferências de classe "G", 222 de classe "I" e 970.301 novas ações preferenciais classe "N" da Rural Brasil S.A., então detidas pelos acionistas não controladores, pelo montante de R\$ 5.486. O valor patrimonial dessas ações na data da transação foi de R\$ 3.190, resultando em perda na transação de capital com acionistas não controladores no valor de R\$ 2.296, registrada em contrapartida ao patrimônio líquido (Nota 20.5).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Benfeitorias Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2017	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Adições	583	481	1.349	948	545	2.952	6.858
Baixas	(179)		(1.156)	(20)	(31)	(69)	(1.455)
Depreciação	(188)	(83)	(292)	(109)	(67)	(279)	(1.017)
 Em 31 de dezembro de 2017	 1.758	 772	 2.731	 1.016	 626	 2.604	 9.508
Custo	2.362	955	3.785	1.178	741	2.883	11.905
Depreciação acumulada	(604)	(183)	(1.055)	(162)	(115)	(279)	(2.397)
 Valor residual	 1.758	 772	 2.731	 1.016	 626	 2.604	 9.508
 Em 1º de janeiro de 2018	 1.758	 772	 2.731	 1.016	 626	 2.604	 9.508
Adições	236	1.125	7.663	999	940	2.271	13.234
Baixas		(1)	(212)	(18)	(43)	(82)	(357)
Depreciação	(308)	(128)	(786)	(145)	(94)	(378)	(1.839)
Transferência (i)	(787)					787	
 Em 31 de dezembro de 2018	 899	 1.768	 9.396	 1.852	 1.429	 5.202	 20.546
Custo	1.038	2.245	11.297	2.508	1.767	5.355	24.210
Depreciação acumulada	(139)	(477)	(1.901)	(656)	(338)	(153)	(3.664)
 Valor residual	 899	 1.768	 9.396	 1.852	 1.429	 5.202	 20.546

- (i) Em 2018, o montante de R\$787 transferido do grupo de edificações para benfeitorias em imóveis de terceiros refere-se a obras realizadas em lojas arrendadas, voltadas principalmente ao atendimento de regulamentação ambiental.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

13. Intangível (Consolidado)

	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 1º de janeiro de 2017	56	141	74.898	9.851	84.946
Adições		756			756
Amortização				(3.789)	(3.789)
Em 31 de dezembro de 2017	56	897	74.898	6.062	81.913
Custo	56	897	74.898	6.062	81.913
Amortização acumulada					
Valor residual	56	897	74.898	6.062	81.913
Em 1º de janeiro de 2018	56	888	74.898	6.062	81.904
Adições		3.193			3.193
Baixas		(361)			(361)
Amortização				(3.031)	(3.031)
Em 31 de dezembro de 2018	56	3.720	74.898	3.031	81.705
Custo	66	4.130	74.898	9.851	88.945
Amortização acumulada	(10)	(410)		(6.820)	(7.240)
Valor residual	56	3.720	74.898	3.031	81.705

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na Junta Comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retromencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061 (Nota 28). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 27.504 (2017 – R\$ 40.112 e R\$ 24.912 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente), o qual foi integralmente liquidado durante o exercício de 2019.

Testes do ágio para verificação de impairment

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de casa segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	2018	2017
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	73.793	73.793

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não excede a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Em 31 de dezembro de 2018, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 11,8% (sendo os primeiros 3 anos 14,54% a.a.), com uma margem média de EBITDA de 5,3% para os insumos e 1% para os grãos. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,4 % a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 16,6% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 7,2% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 10,9%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 78.091. Em 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Fornecedores (Consolidado)

	2018	2017
Fornecedores de insumos agrícolas	431.506	512.762
Fornecedores de grãos de soja e milho	3.726	
Fornecedores - partes relacionadas (nota 33)	71	1.452
(-) Ajuste a valor presente (i)	<u>(35.977)</u>	<u>(14.436)</u>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	395.599	503.504

- (i)** A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,5% a.m. no exercício de 2018 e de 1,2% no exercício de 2017 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 149.434 e R\$ 107.521, respectivamente (2017 – R\$ 132.359 e R\$ 15.425 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 100% e 105% do CDI (2017 - 103% e 135% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 9% e 12,25% (2017 – 7,11% e 12,80%).

15.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	2018	2017
2019		15.425
2020	105.352	
2021	2.169	
	<hr/> 107.521	<hr/> 15.425

15.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

15.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

15.4 Debêntures

Em 18 de janeiro de 2018, foi aprovada a emissão de 25 debêntures não conversíveis em ações do Grupo no valor total de R\$ 25.000 em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.

Essas debêntures foram emitidas em 24 de janeiro de 2018 e tem vencimento em 24 de maio de 2019. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada do DI, acrescidas de um spread de 4% ao ano. As debêntures serão integralmente pagas na data do vencimento.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

16. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos anuais	
		2018	2017
CRA (i)	7,11% a.a.	26.706	37.576
CRA (ii)	11,98% a.a.	21.508	22.661
CRA (iii)	102,6% do CDI	96.605	88.645
		144.819	148.882
Despesas com colocação de títulos (iv)		(3.502)	(8.834)
		141.317	140.047

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de 12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.
- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

16.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 8.517 (2017 – R\$ 17.758), referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2018, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

17. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2018	2017
Funrural a recolher	681	2.944
IRPJ e CSLL a recolher	3.588	5.485
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>471</u>	<u>2.936</u>
 Circulante	 <u>4.739</u>	 <u>11.365</u>
 Funrural - Parcelamento Lei 13.606 (i)	 <u>5.468</u>	 <u></u>
 Não circulante	 <u>5.468</u>	 <u></u>
 Impostos e contribuições a recolher total	 <u>10.207</u>	 <u>11.365</u>

(i) Refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos de clientes			3.372	9.267
Dividendos a pagar	754	754	790	760
Provisão para comissões a pagar			5.582	6.540
Outras contas a pagar			<u>136</u>	<u>904</u>
	<u>754</u>	<u>754</u>	<u>9.880</u>	<u>17.471</u>

19. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2018 é zero (2017 – R\$ 990), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 451 (2017 – R\$ 1.500) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido (Controladora)

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social no valor de R\$ 105.553 (2017 – R\$ 100.858), está representado por 157.544.523 (2017 – 112.042.999) ações ordinárias.

Em 3 de março de 2017, houve um aumento de capital social do Grupo no valor de R\$ 500, mediante a emissão de 500.000 ações ordinárias. Em 30 de março de 2017, foi integralizado o montante de R\$ 638, sendo R\$ 500 referente ao aumento de capital de 3 de março de 2017 e R\$ 138 referente ao aumento de capital realizado no exercício de 2016.

Em 30 de setembro de 2017, o Grupo emitiu 15.130.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 3.945 destinados à capital social e R\$ 11.255 destinados à reserva de capital, sendo o capital totalmente integralizado em 2017, o montante de R\$ 10.510, referente a reserva, integralizado ainda em 2017, e o montante de R\$ 745 , também referente a reserva, integralizado em 2018.

Em 22 de março de 2018, a Companhia emitiu 2.544.374 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 254 destinados à capital social e R\$ 2.290 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 26 de setembro de 2018, a Companhia emitiu 15.952.426 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 1.690 destinados à capital social e R\$ 15.210 destinados à reserva de capital, integralmente integralizados durante o exercício de 2018.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 27.004.724 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.750 destinados à capital social e R\$ 24.754 destinados à reserva de capital, totalmente integralizados em 2019.

20.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

20.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2018	2017
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(2.562)	10.456
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(523)</u>	<u>(523)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>(2.562)</u>	<u>9.933</u>
Dividendo mínimo obrigatório (5%)		(497)
Dividendo adicional proposto a pagar		<u>(497)</u>
Total de dividendos	<u>-</u>	<u>(497)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	0%	5%

Não houve pagamento de dividendos em 2018, entretanto em 2017 foram pagos o total de R\$ 497. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil realizadas entre 2017 e 2018.

Nessa rubrica também são registrados o reconhecimento do Plano de Compra de Ações da Rural Brasil, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia (Nota 20.8) e, portanto, não tem efeito diluidor na Companhia.

20.6 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2018	2017
Luero líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(2.562)	10.456
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>134.156</u>	<u>109.507</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>(0,02)</u>	<u>0,10</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2018, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

20.7 Plano de opção de pagamento baseado em ações na controlada

20.7.1 Objetivo do plano

O Conselho de Administração da controlada Rural Brasil reúne-se anualmente para, dentro das bases do primeiro programa aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil, estabelecer os planos, indicando os Administradores, Empregados, e Prestadores de serviços que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da controlada e a quantidade total a ser distribuída.

Este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) do Grupo estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da referida controlada, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976.

O plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Rural Brasil realizada em 9 de outubro de 2018. O plano permite que a Companhia outorgue opções de compra de ações de sua emissão a Administradores, Empregados e Prestadores de serviços (conforme qualificadores na cláusula 5 do plano), conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Rural Brasil mediante o cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Rural Brasil; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Rural Brasil; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços na Rural Brasil.

20.7.2 Ações incluídas no plano

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Rural Brasil, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Rural Brasil. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuto social a Rural Brasil.

Não houve outorgas realizadas no exercício de 2018.

21. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. A Administração considera como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	2018	2017
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	35.051	39.900
Contas a pagar a partes relacionadas (nota 14)	71	1.452
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 13)	27.504	56.318
	<hr/> 62.626	<hr/> 97.670

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

(b) Vendas de produtos

	2018	2017
Vendas de produtos junto aos Acionistas	21.786	22.454
Venda de Produtos demais partes relacionadas	32.056	32.919
	<hr/> 53.842	<hr/> 55.372

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Compras de produtos e serviços

	2018	2017
Compras de produtos junto aos Acionistas	7.104	78
Compras de Produtos demais partes relacionadas	<u>12.451</u>	<u>22.090</u>
	<u>19.555</u>	<u>22.168</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(d) Aluguel de imóveis

A Rural Brasil utiliza certos imóveis de propriedade dos acionistas para suas atividades operacionais, tendo ocorrido pagamento de aluguel em condições pactuadas contratualmente no valor de R\$ 3.263.

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	6.012	4.567
	<u>6.012</u>	<u>4.567</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

22. Receitas de contratos de clientes (Consolidado)

	2018	2017
Receita de venda de insumos agrícolas	956.042	853.172
Receita de venda de grãos de soja e milho	224.157	282.068
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(1.644)	(1.956)
Descontos, abatimentos e devoluções	(80.075)	(57.412)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	<u>(45.566)</u>	<u>(28.081)</u>
	<u>1.052.915</u>	<u>1.047.790</u>

(i) As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, a isenção de Pis/Cofins sobre insumos agrícolas.

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	2018	2017
Custo de insumos agrícolas	760.300	680.452
Custo de grãos de soja e milho	227.498	283.663
Fretes	8.475	6.752
(-) Ajuste a valor presente de compras	<u>(57.246)</u>	<u>(34.462)</u>
	<u>939.027</u>	<u>936.405</u>

24. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa com aluguel			2.679	2.918
Despesa com depreciação e amortização			4.870	4.806
Despesa com impostos e taxas	2	3	2.044	4.139
Despesa com material de uso de consumo			1.036	1.130
Despesa com pessoal			21.705	13.995
Despesa com serviço de terceiros	708	59	6.845	7.072
Despesa com viagem e hospedagem	34	4	1.859	1.524
Outras despesas administrativas e gerais	<u>17</u>	<u>2</u>	<u>1.054</u>	<u>2.804</u>
	<u>761</u>	<u>68</u>	<u>42.093</u>	<u>38.389</u>

Nos montantes apresentados nas notas explicativas 24 e 26, estão contidas despesas que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício. Essas despesas tem a seguinte natureza, por exercício:

	Consolidado	
	2018	2017
Despesa com contigências tributária (Nota 26)	7.996	2.356
Despesa com contigências ambiental (Nota 26)		1.083
Consultoria para atividades não recorrentes	<u>3.644</u>	
Total de despesas não recorrentes	<u>11.640</u>	<u>3.439</u>

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	2018	2017
Despesa com combustíveis	2.455	1.693
Despesas com salários e encargos sociais	10.990	2.431
Despesa com comissões	11.063	10.460
Despesa com logística	355	871
Despesa com propaganda e publicidade	2.014	1.902
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.000	8.404
Despesa com veículos, viagens e outros	1.753	5.675
	38.629	31.437

26. Outras receitas (despesas) por natureza, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Amostras recebidas			404	2.410
Receita com venda de ativos			369	
Despesa com contigências			(7.490)	(1.083)
Perda de estoque não inerente à operação			(2.894)	
Ganho (Perda) com imobilizado			(357)	(1.455)
Outros	1.550	(2)	(1.903)	1.353
	1.550	(2)	(12.239)	1.594

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	33	25	939	325
Descontos obtidos por antecipação de pagamento			3.728	13.038
Receita com operações de Barter			447	9.359
Realização do AVP de clientes			26.076	44.917
Juros sobre clientes			22.150	22.562
Total das receitas financeiras	33	25	53.340	90.201
Despesas financeiras				
SWAP			1.445	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.758)	(1.262)	(27.808)	(18.439)
Juros sobre CRA			(12.068)	(4.621)
Realização do AVP de fornecedores			(27.535)	(48.676)
Descontos concedidos				(6.685)
Remuneração sobre garantias dos sócios				(4.675)
Outras despesas financeiras	(46)	(2)	(9.326)	(13.464)
Total das despesas financeiras	(3.804)	(1.264)	(75.292)	(96.560)
Variação cambial				
Instrumento financeiro derivativo			1.445	(983)
Variação cambial ativa			29.611	12.535
Variação cambial passiva			(30.693)	(17.528)
			363	(5.977)
Resultado financeiro	(3.771)	(1.239)	(21.588)	(12.335)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

28. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	2018	2017
Ajuste a valor presente e valor justo	(5.028)	(2.291)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.657	5.657
Provisão para devedores duvidosos	3.400	
Provisão de bônus	566	442
Provisão para perda de estoques	966	
Mais valia na combinação de negócios	(1.030)	(2.061)
Provisão para contingências		892
Outros	<u>(776)</u>	
 Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>3.755</u>	<u>2.639</u>
 Impostos diferidos ativos	4.785	4.700
Impostos diferidos passivos	<u>1.030</u>	<u>2.061</u>
 Ativo de impostos diferidos, líquido	<u>3.755</u>	<u>2.639</u>

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(2.562)	10.456	(661)	30.818
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	871	(3.555)	225	(10.478)
Resultado de equivalência patrimonial	142	4.000		
Outros diferenças permanentes	<u>(1.013)</u>	<u>(445)</u>	<u>(1.126)</u>	<u>(373)</u>
Tributos no resultado			<u>(901)</u>	<u>(10.851)</u>
Corrente			<u>(3.588)</u>	<u>(14.729)</u>
Diferido			<u>2.687</u>	<u>3.878</u>
			<u>(901)</u>	<u>(10.851)</u>

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.
- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “Barter”. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita operacional	224.157	282.068	828.758	765.722	1.052.915	1.047.790
Custo das mercadorias vendidas	(227.498)	(283.663)	(711.530)	(652.743)	(939.027)	(936.406)
Resultado bruto	(3.341)	(1.594)	117.229	112.979	113.888	111.384
Despesas com vendas	(690)	(612)	(37.939)	(30.824)	(38.630)	(31.437)
Despesas gerais e administrativas	(2.935)	(2.059)	(34.287)	(31.524)	(37.222)	(33.583)
Outros resultados operacionais			(12.239)	1.593	(12.239)	1.594
Resultado financeiro líquido	408	9.327	(21.996)	(21.662)	(21.588)	(12.335)
Resultado gerado pelos segmentos	(6.558)	5.061	10.768	30.561	4.208	35.624
Depreciação e amortização			(4.870)	(4.806)	(4.870)	(4.806)
Imposto de renda e contribuição social	2.230	(1.721)	(3.130)	(9.130)	(901)	(10.851)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.328)	3.341	2.767	16.625	(1.562)	19.967
(+/-) Resultado financeiro	(408)	(9.327)	21.996	21.662	21.588	12.335
(+/-) IRPJ e CSLL	(2.230)	1.721	3.130	9.130	901	10.851
(+) Depreciação e amortização			4.870	4.806	4.870	4.806
(+) Despesas não recorrentes			11.640	3.439	11.640	3.439
EBITDA Ajustado	(6.966)	(4.266)	44.403	55.662	37.436	51.398

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Grãos		Insumos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo						
Contas a receber de clientes			620.972	535.296	620.972	535.296
Estoques	6.330	212.517	298.343	212.517	304.673	
Intangível	1.105	1.105	80.600	80.808	81.705	81.913
Outros créditos	2.109	2.133	12.351	16.012	14.460	18.145
Total dos ativos alocados	3.214	9.568	926.440	930.459	929.654	940.027
Demais ativos não alocáveis					129.209	113.211
Total dos ativos					1.058.863	1.053.238
Passivo						
Fornecedores	3.726	395.599	499.778	395.599	503.504	
Outras contas a pagar	2.027	2.749	7.853	14.722	9.880	17.471
Total dos passivos alocados	2.027	6.475	403.452	514.500	405.480	520.975
Demais passivos não alocáveis					653.383	532.263
Total dos passivos					1.058.863	1.053.238

30. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	2018	2017 (ii)
Valor justo por meio do resultado		
Contratos a termo - commodities	447	9.359
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.156</u>	
	<u>1.603</u>	<u>9.359</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	80.729	69.908
Contas a receber de clientes (i)	454.562	408.962
Títulos e valores mobiliários	8.517	17.758
Outros créditos (iii)	<u>2.980</u>	<u>6.665</u>
	<u>546.788</u>	<u>503.293</u>
	<u><u>548.391</u></u>	<u><u>512.652</u></u>

- (i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.
- (ii) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis para a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.
- (iii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

30.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como custo amortizado, e são como segue:

	2018	2017 (iv)
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	<u>159</u>	
	<u><u>159</u></u>	
Custo amortizado		
Fornecedores	395.599	503.504
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.397	147.784
Obrigações por cessão de crédito	141.317	140.047
Obrigação por aquisição de investimentos	27.504	56.318
Outras contas a pagar (v)	<u>6.508</u>	<u>8.204</u>
	<u><u>855.325</u></u>	<u><u>855.857</u></u>
	<u><u>855.325</u></u>	<u><u>856.016</u></u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iv) Durante o exercício de 2018, o Grupo adotou a norma CPC 48/ IFRS 9 (Nota 3.5) e reclassificou os passivos financeiros anteriormente classificados como outros passivos financeiros para a categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.
- (v) Não considera passivos não monetários, os quais serão liquidados mediante a entrega de itens não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

30.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

30.4 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	2018	2017
Swap	(1.156)	159

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.5 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2019, correspondem a R\$ 1.156 (2017 - R\$ 159). Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de juros fixas variaram entre 1,1% e 1,21% (2017 - 1,1% a 1,21%).

30.6 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2018

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nacional	Valor de mercado
Soja	2.474	R\$ 69,56	R\$ 172.119	(279)
Milho	1.904	R\$ 23,09	R\$ 43.970	240
				<u><u>(39)</u></u>

2017

Produto	Quantidade (milhares de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nacional	Valor de mercado
Soja	2.326	R\$ 63,34	R\$ 147.329	(31)
Milho	504	R\$ 23,84	R\$ 12.015	(1)
				<u><u>(32)</u></u>

30.7 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 3,8749 em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$ 3,3144).

Controladora			Consolidado		
Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)
		2018			2017
Citibank	29/03/19	495	Citibank	18/07/18	54
Citibank	25/11/19	429	Itaú	20/08/18	(124)
Votorantim	19/09/19	(2.080)	Itaú	25/11/19	152
			Itaú	12/03/18	118
			Itaú	31/10/18	(41)
		<u><u>(1.156)</u></u>			<u><u>159</u></u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.8 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%		25%	50%
						Efeito	Efeito		
Soja - Safra 19.20	866	Venda	1.010	69,99	(50)	(252)	(505)	252	505
Milho - Safra 2020	5.193	Venda	2.277	26,31	(114)	(569)	(1.138)	569	1.138
					(164)	(822)	(1.643)	822	1.643

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução	
				Provável 5%	25%		25%	50%
					Efeito	Efeito		
Empréstimos e financiamentos	Cambio	(8.057)	(31.219)	3.8748	(1.561)	(7.805)	(15.610)	7.805
Contrato de Swap	Cambio	8.057	31.219	3.8748	1.561	7.805	15.610	(7.805)
Contas a receber	Cambio	18.391	71.261	3.8748	3.563	17.815	35.631	(17.815)
Contas a pagar	Cambio	(23.384)	(90.608)	3.8748	(4.530)	(22.652)	(45.304)	22.652
					(967)	(4.837)	(9.673)	4.837
								9.673

(b) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocial	Saldo Fechamento	Mercado Atual	Aumento			Redução	
					Provável 5%	25%		25%	50%
						Efeito	Efeito		
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	132.898	138.754	6,0%	(395)	(1.977)	(3.954)	1.977	3.954
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.065	6.065	6,0%	(18)	(90)	(180)	90	180
		138.963	144.819		(413)	(2.067)	(4.134)	2.067	4.134

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	2018	2017
Empréstimo de curto prazo	149.434	132.359
Empréstimo de longo prazo	107.521	15.425
Debêntures	<u>27.442</u>	
Total da dívida	284.397	147.784
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.729)</u>	<u>(69.908)</u>
Dívida líquida	<u>203.668</u>	<u>77.876</u>

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Debêntures e outros	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017	96.128		96.128	(15.294)	80.834
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos	117.683		117.683		117.683
Pagamento de empréstimos	(78.540)		(78.540)		(78.540)
Pagamento de juros/dividendos	(9.285)		(9.285)		(9.285)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				(54.614)	(54.614)
Juros apropriados	22.501		22.501		22.501
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	<u>148.487</u>		<u>148.487</u>	<u>(69.908)</u>	<u>78.579</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018	148.487		148.487	(69.908)	78.579
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de debêntures		25.000	25.000		25.000
Obtenção de empréstimos	275.016		275.016		275.016
Pagamento de empréstimos	(172.404)		(172.404)		(172.404)
Pagamento de juros/dividendos	(16.097)		(16.097)		(16.097)
Outras				(10.821)	(10.821)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Juros apropriados	<u>21.953</u>	<u>2.442</u>	<u>24.395</u>	<u>(80.729)</u>	<u>(56.334)</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	<u>256.955</u>	<u>27.442</u>	<u>284.397</u>	<u>(80.729)</u>	<u>203.668</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

32. Cobertura de seguros (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

33. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Dante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Aquisição do controle da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. ("Campeã") por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Água Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalador, esmagadora de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

d) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. ("Agro Key") e a Agro Advance Participações S.A. ("Agro Advance") foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A ("Agrogalaxy"). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrevivente legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções acordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

* * *

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Agro Trends Participações S.A. (a ‘Companhia’) é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil.

A Companhia foi constituída em 15 de outubro de 2014 e está sediada em São Paulo- SP.

O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Trends Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas (em conjunto com a Companhia, o “Grupo”).

1.1 Controladas

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle do Grupo Rural Brasil por meio da aquisição de participação societária equivalente a 60% da Rural Brasil. A Rural Brasil S.A. (“Controlada” ou “Rural Brasil”) possui como operação a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Após a aquisição, o Grupo passou a investir na expansão de sua área de atuação que resultou na inauguração de 7 novas lojas, sediadas nos Estados de Goiás (2), Pará (3), Maranhão (1) e Tocantins (1).

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas de 2016, apresentadas como demonstrações financeiras correspondentes para fins comparativos, compreendem as operações da controlada para o período subsequente à data da aquisição.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1 Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu em 30 de maio de 2018 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o processo de abertura de capital (Nota 32.(d)), foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS, bem como a preparação e apresentação da demonstração do valor adicionado e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.

A administração da Companhia analisou suas operações e concluiu que não há diferenças relevantes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e, portanto, como suas práticas contábeis já adotadas consistentemente são similares as IFRS, não há necessidade de divulgações adicionais pela adoção do IFRS e as presentes demonstrações financeiras foram preparadas conjuntamente (BRGAAP e IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as operações realizadas pela Companhia, pela controlada direta Rural Brasil e por suas controladas indiretas (Rural Primavera Ltda., Rural Agricultura no Vale Ltda., Rural Canarana Ltda., Rural Dinâmica Produtos Agropecuários Ltda. e Rural Agrícola Mineiros Ltda.), considerando o percentual de participação de 60,0%.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo, denominadas transações de capital entre os sócios. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu, valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.2 Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor da data base das demonstrações financeiras

- CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do *impairment* para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" serão reclassificados para a categoria "Custo amortizado".

Os critérios de apuração do *impairment* de ativos financeiros serão revistos e a Companhia, que optará pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionadas), a qual não resultará em ajuste a ser registrado na data de transição.

- CPC 47 / IFRS 15- "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 / IAS11 - "Contratos de Construção, CPC 30 / IAS 18- "Receitas" e correspondentes interpretações.

O Grupo auferá receitas de vendas de mercadorias para clientes e apenas reconhece sua receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A conclusão da Companhia é que essa nova norma não trará impactos na atual metodologia de reconhecimento de receitas.

- ICPC 21 / IFRIC 22- "Transações em moeda estrangeira", essa interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. A Companhia optará por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, serão considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.
- CPC 6 (R2) / IFRS 16- "Arrendamento": o CPC 6 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:
 - i. Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
 - ii. Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A administração apurou os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2)/ IFRS16 na classificação e mensuração dos seus arrendamentos e optou pela adoção da abordagem de transição simplificada com objetivo de refletir os efeitos de aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentará informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado segue os seguintes procedimentos:

- O valor do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental no arrendamento, que é definida como taxa equivalente ao que a Companhia teria que pagar ao realizar empréstimo bancário para adquirir um ativo de direito de uso semelhante, nas mesmas condições do contrato de arrendamento na data de aplicação inicial. Subsequentemente, a depreciação é deduzida no ativo de direito de uso, calculada pelo método linear pelo prazo.
- Os passivos de arrendamento do Grupo são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial.
- A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% ao ano.

Os ativos de direito de uso reconhecidos em decorrência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, relacionam-se a contratos de aluguel de imóveis, onde estão instaladas suas lojas e sede administrativas, bem como áreas de armazenamento de produtos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os passivos de arrendamento do Grupo foram reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso associados, imediatamente após a data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 10.962.

- ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro": A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração do Grupo deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A aplicação dessa interpretação não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Outras alterações em vigor não são relevantes para a Companhia e suas controladas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" (Nota 26).

3.5 Ativos financeiros

3.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Classificados nas seguintes categorias específicas: (a) empréstimos e recebíveis e (b) valor justo por meio de resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros "disponíveis para venda".

Os empréstimos e recebíveis referem-se a ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, sendo mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, pela imaterialidade do valor dos juros a ser reconhecido.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e transações envolvendo *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo compreendem contratos a termo, instrumentos de swap e NDFs cambiais.

Inicialmente os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

O ganho ou perda da operação de *swap* de taxa de juros para proteção contra empréstimo com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado financeiro Nota 26.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e histórico de recebimento das empresas do Grupo. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

histórico do Grupo e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(b).

As empresas do Grupo realizam o cálculo do valor presente para as vendas a prazo a serem recebidas em reais. A taxa de desconto utilizada pela administração para esses itens é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa junto a seus fornecedores e reflete os percentuais efetivamente negociados com os clientes em caso de antecipação de recebimentos. O valor presente é registrado como redutora das contas a receber e reconhecido ao resultado a pro rata até o seu vencimento.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.

Para os demais títulos vencidos e à vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de “Barter”, em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodities* (soja e milho) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro, conforme política contábil adotada pelo Grupo para determinar o resultado por segmento (Nota 4.2 (a)).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as contas a receber também incluem recebíveis cedidos em operação de securitização com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”). Esses recebíveis são mantidos como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as obrigações mantidas pela Companhia não atendem aos critérios determinados nas práticas contábeis aplicáveis para o não reconhecimento do ativo financeiro. Na prática, esses recebíveis estão cedidos para a liquidação das operações de CRA, registradas como Obrigações com cessões de crédito, no passivo circulante (Nota 16).

3.7 Estoques

Os estoques de produtos agrícolas, adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de barter, são registrados pelo valor de aquisição ou valor de troca na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em alinhamento às práticas contábeis do mercado de atuação do Grupo.

Os demais itens em estoque são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Computadores	5 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Benfeitorias	7 anos

A administração tem utilizado a vida útil estimada que se aproxima da vida útil real dos referidos ativos. Ao final de cada exercício, essa estimativa é revisada e, se necessário, ajustada pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

(a) Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Em 31 de dezembro de 2017, a administração entende que o ágio resultante da aquisição de controladas está alocado às operações de grãos e de insumos agrícolas, e o teste de *impairment* sobre o ágio foi elaborado considerando o resultado dessas duas UGCs, separadamente.

Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores.

As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pelo Grupo e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de commodities ou do custo dos produtos vendidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Obrigações por cessão de crédito

As obrigações por cessão de crédito são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que essas obrigações estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações por cessão de crédito são classificadas como passivo circulante, considerando que a sua liquidação está diretamente relacionada ao recebimento dos recebíveis securitizados, os quais têm o seu vencimento em período inferior a 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e ou sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir.

As receitas do Grupo são provenientes substancialmente das seguintes atividades:

- armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação, exportação de grãos (soja, milho e trigo); e
- revenda de insumos agrícolas, produtos agropecuários e sementes.

Em ambas essas atividades de venda, o Grupo mantém contratos com clientes distintos para a obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Venda de mercadorias

A receita de venda de grãos, insumos agrícolas e sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e esse passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para reconhecimento dessa receita com venda de produtos estão apresentadas a seguir:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação, e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações;
- O Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos;
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria.

Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de commodities (barter) pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas commodities no momento em que a venda dos insumos é reconhecida.

A administração do Grupo entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das commodities agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, o Grupo aufere margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em commodities agrícolas.

O montante da receita auferida com a venda das commodities agrícolas é determinado com base no valor contratual definido entre o Grupo e seus clientes.

3.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- receitas e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas com a atualização do valor justo com operações de barter são registradas pelo regime de competência em “Resultado financeiro”.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.18 Ajustes a valor presente

Os valores a receber e a pagar, quando o efeito for relevante, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, considerando os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos contratos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira. Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre fornecedores, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica “Resultado financeiro”.

3.19 Custos e demais receitas e despesas

Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o princípio contábil da competência dos exercícios.

3.20 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas não possuem opção de pagamento baseado em ações.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, e também reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

3.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos não monetários

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos e de ativos financeiros não monetários (contas a receber em commodities agrícolas) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*)

Tendo em vista todos os controles do Grupo para mitigação dos riscos de crédito, e a consequente baixa inadimplência histórica, no Grupo o *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

(c) Impairment sobre ágio proveniente na combinação de negócios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.10. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 2017, bem como os cálculos realizados pela administração com o apoio de especialistas em avaliação de negócios demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* haja vista o valor em uso calculado e divulgado na Nota 13.

4.2 Julgamento crítico a aplicação das políticas contábeis

(a) Determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro

O Grupo realiza a venda de insumos agrícolas para o recebimento em commodities agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere travar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, sem correr o risco de preço. Essa operação atende aos interesses normais do Grupo que opera na originação de grãos para sua atuação como uma trading company. Considerando que essas contas a receber são liquidadas com ativos não monetários (produtos agrícolas), as mesmas estão fora do escopo do IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos financeiros.

A receita da venda de insumos é determinada pelo valor justo desses recebíveis no momento da venda. As variações subsequentes dessas contas a receber, as quais são remensuradas conforme o valor justo estimado de liquidação das commodities no mercado físico são reconhecidos como resultado financeiro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo entende que essas variações subsequentes das contas a receber não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão o custos das vendas daquele segmento.

Nos exercícios de 2017 e 2016, o montante dessa variação reconhecida como resultado financeiro no resultado do exercício é um ganho de R\$ 9.360 e perda de R\$ 14.433, respectivamente.

(b) Valorização dos contratos a termo de compra e venda de commodities pelo valor justo

O Grupo valoriza os ativos não monetários atrelados ao preço de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar com preço não fixado pelo valor justo contra o resultado do exercício. O segmento de Grãos, com o objetivo de definir a sua margem nas operações em que o Grupo atua como uma trading company, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes, bem como por contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras do Grupo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos.

A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos a termo de compra e venda que são liquidados com a entrega física, por entender que a mensuração desses contratos pelo valor justo por meio do resultado é necessária para eliminar uma inconsistência que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Esses contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço (Nota 5.1 (a) (iii)) que o Grupo está sujeito, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de commodities agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de soja a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja (contas a receber originadas em operações de barter, conforme Nota 3.6); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização desses contratos a termos resultaria em impactar o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos.

Nos exercícios de 2017 e 2016, essas operações resultaram no reconhecimento de despesa financeira no montante de R\$ 32 e de receita financeira de R\$ 2.325, respectivamente.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoque de commodities e operações comerciais atreladas às commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2017 e 2016, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda.

No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em milhares de dólares norte-americanos:

	(milhares de USD)	
	2017	2016
	(não auditado)	
Contas a receber de clientes	10.357	6.779
Fornecedores	(14.149)	(10.411)
Empréstimos e financiamentos	6.900	1.400
Contratos de swap	(6.900)	(1.400)
	(3.792)	(3.633)

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de commodities, principalmente soja e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço da soja e do milho por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

Posições/produtos	2017		2016	
	Soja	Milho	Soja (não auditado)	Milho
Contratos de compra	132.527	21.151	106.800	41.100
Contratos de venda	(134.669)	(25.408)	(104.664)	(40.278)
Posição contratos futuros	(2.142)	(4.257)	2.136	822

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de commodities e as exposições de cada commodity foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

O Grupo reconhece uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para os recebíveis vencidos acima de 180 dias que não possuem garantia real de recebimento. O Grupo acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos acima de 180 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O aging dos títulos vencidos e a vencer podem ser demonstrados a seguir:

	2017 (não auditado)	2016
A vencer	504.491	441.282
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	935	3.387
Entre 31 e 60 dias	1.973	827
Entre 61 e 90 dias	3.293	1.040
Entre 91 e 180 dias	11.586	20.218
Entre 181 dias e 365 dias	14.272	8.693
Acima de 365 dias	19.456	11.734
(-) PCLD	<u>(20.711)</u>	<u>(12.307)</u>
Sub-total	30.805	33.592
	535.296	474.874

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2017 (não auditado)	2016
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	12.307	8.494
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	12.028	4.594
Valores não utilizados e estornados	<u>(3.624)</u>	<u>(781)</u>
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	20.711	12.307

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Até 12 meses</u>	<u>2 a 3 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	553.250	
Empréstimos, financiamentos	145.436	18.473
Instrumentos financeiros derivativos	175	
Obrigações por cessão de crédito	153.884	
Obrigação por aquisição de ações	34.509	27.373
Outras contas a pagar	19.197	
	852.745	18.473
Em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)		
Fornecedores	630.128	
Empréstimos, financiamentos	58.263	51.621
Instrumentos financeiros derivativos	1.366	
Obrigações por cessão de crédito	38.744	
Obrigação por aquisição de ações	12.637	
Outras contas a pagar	20.783	56.701
	728.500	51.621

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 10 anos, conforme idade de vencimento divulgada na Nota 15.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2017, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2016, foi a de gerenciar o índice de alavancagem financeira de acordo com as oportunidades disponíveis no mercado, tendo obtido os índices de 31% em 2017 e 36% em 2016.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2017	2016
	(não auditado)	
Empréstimos e financiamentos	147.784	96.128
(-) Caixa e equivalentes	(69.908)	(15.294)
Dívida líquida	77.876	80.834
Total do patrimônio líquido	171.051	145.515
Capital total	248.927	226.349
Índice de alavancagem financeira - %	31%	36%

As obrigações por cessão de crédito (Nota 16) não estão sendo consideradas como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017 são:

- i) Contas a receber originadas em operações de barter R\$ 126.334 (2016 – R\$ 148.322), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;
- ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de barter de R\$ 6.330 (2016 – R\$ 585) (Nota 8), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;
- iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R\$ 3.726 (2016 – 2.062), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo; e
- iv) Instrumentos financeiros derivativos R\$ 159 (2017 – R\$ 1.243), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 29).

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Grupo não possui instrumentos financeiros ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

As atividades dos nossos clientes são sazonais, baseadas nos ciclos de plantio, crescimento e colheita de grãos. A demanda por insumos agrícolas concentra-se durante a temporada de plantio de culturas de grãos, que geralmente ocorre entre os meses de setembro e dezembro. As operações relacionadas a comercialização de grãos, sejam elas operações de barter ou de originação, estão concentradas no período de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de março e abril. Tais operações de comercialização de grãos normalmente são liquidadas nos meses subsequentes à colheita, quando ocorre a liquidação física e financeira das transações de barter ou de originação. Dessa forma, os saldos físicos de estoque, bem como as contas a pagar a fornecedores de grãos, são zero ou próximos de zero em datas próximas ao encerramento do exercício fiscal.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das commodities com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Caixa			9	9
Banco conta movimento	10	191	1.368	382
Aplicações financeiras (i)	317		68.531	14.903
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	327	191	69.908	15.294

- (i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificado de depósito bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 7% a 84% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2016 – 90% a 98% do CDI). As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor;

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

Composição do saldo

	2017	2016
		(não auditado)
Contas a receber clientes nacionais (iii)	349.790	433.619
Contas a receber partes relacionadas (nota 31)	39.900	38.933
Títulos securitizados - CRA (i)	167.695	37.576
Outras contas a receber	9.055	4.322
(-) PCLD	(20.711)	(12.307)
(-) Ajuste a valor presente de clientes (ii)	<u>(10.434)</u>	<u>(27.269)</u>
	<u>535.296</u>	<u>474.874</u>
 Circulante	 485.143	 450.856
Não circulante	50.153	24.018
	<u>535.296</u>	<u>474.874</u>

- (i) Em 2017 e 2016, o Grupo realizou a cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 16). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía duplicatas a receber nos montantes de R\$ 167.695 (2016 – R\$ 37.576) cedidos para a liquidação dessas obrigações.
- (ii) O prazo médio das contas a receber do Grupo é de 184 dias (2016 – 438 dias). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros média de 1% a.m. em 2017 e 2016.
- (iii) As contas a receber incluem o montante de R\$ 126.334 (2016 – R\$ 148.322), originados em operações na modalidade barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 5.3. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo.

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída estão apresentadas na Nota 5.1 (b).

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R\$ 30.805 (2017 – R\$ 33.592) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Em 2017, a administração aprimorou seus controles para a concessão de crédito, melhorando a qualidade das garantias obtidas e, consequentemente, reduzindo o montante da perda estimada nos recebíveis do Grupo.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os recebíveis das controladas do Grupo são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipoteca, fianças e alienação fiduciária.

Deste modo, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição do Grupo ao risco de crédito.

8. Estoques (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Defensivos	265.723	295.955
Sementes	12.179	29.116
Fertilizante foliar	15.379	11.614
Grãos a granel	6.330	585
Outros	5.061	71
	<hr/>	<hr/>
	304.673	337.341

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não identificou indicadores que requeiram reduzir o valor de realização de seus estoques, seja por casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 936.405 (Em 2016 – R\$ 323.186).

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques de grãos referem-se a 6.041 toneladas de milho e 1.134 toneladas de soja (2016 – 1.404 toneladas de milho).

9. Impostos a recuperar (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.173	3.807
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	508	23
Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	4.079	7.463
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.400	2.490
Programa de Integração Social - PIS	408	24
Contribuição para Financiamento Seguridade Social - COFINS	1.766	111
Contribuição ao Instituto Nacional Seguridade Social - INSS	4	4
	<hr/>	<hr/>
	11.337	13.922

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros créditos(Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Adiantamentos a fornecedores e outros	12.948	17.778
Partes Relacionadas	5.197	
	18.145	17.778

11. Investimentos (Controladora)

	2017	2016
	(não auditado)	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	147.836	125.369
Participação no capital social	60,00%	60,00%
Participação nos investimentos	88.702	75.221
Participação em aportes de capital futuro	8.706	17.826
Valor justo dos ativos adquiridos, líquidos da realização	6.062	9.851
Tributos diferidos, relacionados	(2.061)	(3.349)
Ágio na aquisição de investida	74.898	74.898
Saldo contábil do investimento na Controladora	176.307	174.448

Abaixo, segue resumo das informações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2019:

	Participação no capital (%)		Patrimônio Líquido		Lucro do Exercício	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)	
Rural Brasil S.A.	60%	60%	147.836	125.369	23.776	23.073

11.1 Informações financeiras resumidas

	2017	2016
	(não auditado)	
Ativo circulante	888.452	807.123
Ativo não circulante	83.070	34.750
Passivo circulante	807.272	670.487
Passivo não circulante	16.415	46.017
Patrimônio líquido	147.836	125.369
Resultado do exercício	23.776	23.073

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

11.2 Movimentação

Abaixo segue movimentação do investimento em controlada no exercício:

Aquisição de controle de investida em 7 de outubro de 2016	173.000
Resultado de participação societária	<u>1.448</u>
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	174.448
Resultado de participação societária	14.266
Realização de mais valia de ativos (i)	(2.501)
Distribuição de dividendos	(880)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo	<u>(9.026)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>176.307</u>

- (i) O valor justo dos ativos adquiridos refere-se à alocação do preço pago à carteira de clientes, a ser amortizado em 3 anos. A amortização no exercício foi de R\$ 3.789 (realização de impostos diferidos de R\$ 1.288).

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Computadores	Móveis e Utensílios	Imóveis de Terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	25	216	338	72	59		710
Saldo inicial de investidas	1.642	249	3.337	42	107		5.377
Adições	83	76	584	117	40		900
Baixas		(117)	(1.048)	(7)	(3)		(1.175)
Depreciação	(208)	(50)	(381)	(27)	(24)		(690)
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	<u>1.542</u>	<u>374</u>	<u>2.830</u>	<u>197</u>	<u>179</u>		<u>5.122</u>
Custo	1.958	474	3.592	250	227		6.502
Depreciação acumulada	(416)	(101)	(762)	(53)	(48)		(1.380)
Valor residual	<u>1.542</u>	<u>374</u>	<u>2.830</u>	<u>197</u>	<u>179</u>		<u>5.122</u>
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	1.542	374	2.830	197	179		5.122
Adições	583	481	1.349	948	545	2.952	6.858
Baixas	(179)		(1.156)	(20)	(31)	(69)	(1.455)
Depreciação	(188)	(83)	(292)	(109)	(67)	(279)	(1.017)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>1.758</u>	<u>772</u>	<u>2.731</u>	<u>1.016</u>	<u>626</u>	<u>2.604</u>	<u>9.508</u>
Custo	2.362	955	3.785	1.178	741	2.883	11.905
Depreciação acumulada	(604)	(183)	(1.055)	(162)	(115)	(279)	(2.397)
Valor residual	<u>1.758</u>	<u>772</u>	<u>2.731</u>	<u>1.016</u>	<u>626</u>	<u>2.604</u>	<u>9.508</u>

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

13. Intangível (Consolidado)

	Consolidado 2017				
	Marcas e Patentes	Softwares	Ágio	Mais valia	Total
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)					
Adições	56	141	74.898	9.851	84.946
Em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	56	141	74.898	9.851	84.946
Custo	56	141	74.898	9.851	84.946
Valor residual	56	141	74.898	9.851	84.946
Em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	56	141	74.898	9.851	84.946
Adições		756			756
Amortização				(3.789)	(3.789)
Em 31 de dezembro de 2017	56	897	74.898	6.062	81.913
Custo	56	897	74.898	9.851	85.702
Amortização acumulada				(3.789)	(3.789)
Valor residual	56	897	74.898	6.062	81.913

Em 7 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Rural Brasil mediante desembolso financeiro de R\$ 173.000, dos quais R\$ 74.898 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura. A alocação de preço pago foi revista no exercício de 2017, dentro do prazo legal para registro na Junta Comercial do laudo permanente sobre a alocação de preço pago no negócio. Durante a elaboração do laudo permanente retomencionado, o valor de R\$ 6.062 foi alocado ao valor justo da mais valia da carteira de clientes da Rural Brasil, a ser amortizada pelo período residual de 3 anos. Adicionalmente, foi reconhecido o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais valia no montante de R\$ 2.061 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar de obrigação a pagar pela aquisição de investimento na Rural era de R\$ 40.112 e R\$ 24.912 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente (2016 – R\$ 15.200 e R\$ 63.763 registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente), os quais foram integralmente liquidados durante o exercício de 2019.

Testes do ágio para verificação de impairment

Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde a uma UGC. Essa avaliação leva em consideração que cada controlada direta e suas respectivas controladas (controladas indiretas da Companhia) são administradas com o foco na geração de receita e de caixa de cada segmento, os quais compartilham da sinergia da estrutura de cada controlada, compra conjunta, administração do caixa, entre outros.

	2017	2018
UGC Rural – grãos	1.105	1.105
UGC Rural – insumos	73.793	73.793

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores foram extrapolados com base nas taxas de crescimento que não excede a taxa de crescimento média de longo prazo no qual a UGC atua.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de insumos agrícolas somado a expansão de negócios, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento de grãos e insumos.

Em 31 de dezembro de 2017, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de 10,8%, com uma margem média de EBITDA de 5,5% para os insumos e 1% para os grãos. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por loja e as possibilidades de ampliação do Market share de cada segmento. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela administração de 14,81% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os insumos agrícolas, que a administração não espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. Existe a expectativa de que o preço dos insumos agrícolas subirá em média 6,4% ao ano, mantendo a margem bruta média anual em 13,3%. A margem para os grãos se mantém estável em 1%.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso ultrapassou o valor contábil em R\$ 85.627. Em 31 de dezembro de 2017, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

14. Fornecedores (Consolidado)

	2017	2016
		(não auditado)
Fornecedores de insumos agrícolas	512.762	599.273
Fornecedores de grãos de soja e milho	3.726	2.062
Fornecedores - partes relacionadas (nota 21)	1.452	784
(-) Ajuste a valor presente (i)	(14.436)	(28.650)
	503.504	573.469

(i) A taxa de juros utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi de 1,2% a.m. no exercício de 2017 e de 2016 considerando as médias de taxas praticadas nas operações de compra de mercadorias pelo Grupo.

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos estão, em sua maioria, atrelados a variação do valor justo das commodities agrícolas com que o Grupo opera.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 132.359 e R\$ 15.425, respectivamente (2016 – R\$ 53.054 e R\$ 43.104 respectivamente) referem-se a contratos na modalidade de capital de giro. Os empréstimos pós fixados possuem taxas entre 103% e 135% do CDI (2016 - 133% e 137% CDI) e os empréstimos pré fixados taxas entre 7,11% e 12,80% (2016 – 16,46% e 20,98%).

15.1 Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos correspondente do montante classificado no longo prazo é o seguinte:

	2017	2016
2018		27.361
2019	15.425	15.743
	15.425	43.104

15.2 Covenants

Os empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

15.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de estoque, por aval dos acionistas-proprietários e por imóveis urbanos e rurais de propriedade dos acionistas.

16. Obrigações por cessão de crédito (Consolidado)

Modalidade	Encargos anuais médios	2017		2016 (não auditado)
		2017	2016	
CRA (i)	7,11% a.a.	37.576	35.260	
CRA (ii)	11,98% a.a.	22.661		
CRA (iii)	102,6% do CDI	88.645		
		148.881	35.260	
Despesas com colocação de títulos		(8.834)		
		140.047	35.260	

- (i) Em 2016, a Rural Brasil realizou uma operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Octante Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). A operação foi no montante de R\$ 35.260, com vencimento do principal em 2019, pagamento de juros anuais e custo de 12,22% a.a. no primeiro ano, 7,11% a.a. no segundo ano e 6,53% a.a. no terceiro ano. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em dezembro de 2016.
- (ii) Em 2017, a Rural Brasil realizou operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante de R\$ 22.661, com vencimento de principal em 2019, o qual foi repactuado para vencimento em 2022, pagamentos de juros semestrais e custo de 11,98% a.a. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em agosto de 2017.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 2017, a Rural Brasil realizou uma segunda operação de distribuição pública de certificados de recebíveis do Agronegócio, também emitida pela Vert Companhia Securitizadora e pela Gaia Agro Securitizadora S.A., lastreada em CPR (Cédula de Produtor Rural). Essa operação foi no montante total de R\$ 88.645 com vencimento de principal em 2020, pagamento de juros anuais e custo de 102,6% do CDI. O recurso foi recebido pela Rural Brasil em novembro e dezembro de 2017.
- (iv) As despesas incorridas com a colocação desses títulos são mantidas como redutoras do saldo, e apropriadas ao resultado ao longo do período de cada operação, para a determinação do seu custo financeiro efetivo.

Essas obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a Receber que foram cedidos na operação (Nota 7). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA, através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro da Rural Brasil.

16.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários do Grupo no montante de R\$ 17.758, referem-se a títulos adquiridos na operação de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas pela Rural Brasil na referida operação. A Rural Brasil está em conformidade com as cláusulas de compromisso, tendo sido exercido o direito contratual de alienação de uma parcela das suas quotas subordinadas. Esses títulos são remunerados a uma taxa média de 8,01% a.a. e serão mantidos até o vencimento de toda a operação que está previsto para ocorrer em 2020.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas de 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA, divulgados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2017, a administração do Grupo não espera incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito da Rural Brasil, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

17. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Funrural a recolher	2.944	2.743
IRPJ e CSLL a recolher	5.485	13.818
Outros impostos e contribuições a recolher	2.936	190
	<hr/> 11.365	<hr/> 16.751

O Funrural a recolher, refere-se a adesão ao parcelamento do Fundo de assistência ao trabalhador Rural, instituído pela Lei 13.606 de 9 de janeiro de 2018, dos débitos existentes até 31 de dezembro de 2016.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Adiantamentos de clientes			9.267	7.981
Dividendos a pagar	754	257	760	476
Provisão para comissões a pagar			6.540	8.548
Outras contas a pagar			904	675
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	754	257	17.471	17.680

19. Provisão para contingências (Consolidado)

O montante registrado referente aos processos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 990 (2016 – R\$ 418), conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos. O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 1.500 (2016 – R\$ 5.066) em demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, em que não há provisão registrada contabilmente, conforme política e norma contábil.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação.

Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido (Controladora)

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e parcialmente integralizado no valor de R\$ 100.858 (2016 – R\$ 96.275), está representado por 112.042.999 (2016 – 96.412.099) ações ordinárias.

Em 22 de março, 27 de julho, 30 de setembro, 3 e 4 de outubro de 2016, os acionistas integralizaram capital na Companhia, mediante moeda corrente e emissão de novas ações, nos montantes de R\$ 1.500, R\$ 913, R\$ 93.770, R\$ 229 e R\$ 1, respectivamente. O aporte de capital de setembro de 2016, incluiu o pagamento do acionista à Companhia no montante de R\$ 142, referente a ágio na emissão de ações.

Em 3 de março de 2017, houve um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 500, mediante a emissão de 500.000 ações ordinárias. Em 30 de março de 2017 foi integralizado o montante de R\$ 638, sendo R\$ 500 referente ao aumento de capital de 3 de março de 2017 e R\$ 138 referente ao aumento de capital realizado no exercício de 2016.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 15.130.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 3.945 destinados à capital social e R\$ 11.255 destinados à reserva de capital. Em relação ao montante total, foi integralizado R\$ 15.200 no exercício.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia, conforme descrito acima.

20.3 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% para a reserva legal, até o limite previsto pela legislação societária.

Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

20.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 5% sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2017	2016
	(não auditado)	
Lucro líquido do exercício	10.456	5.417
Constituição da reserva legal (5%)	(523)	(271)
 Base de cálculo dos dividendos	 9.933	 5.146
 Dividendo mínimo obrigatório (5%)	 (497)	 (257)
 Total de dividendos	 (497)	 (257)
 Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	 5%	 5%

Os dividendos provisionados em 2017 foram de R\$ 497. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, correspondente a 5% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil em 2017.

20.6 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2017	2016
	(não auditado)	
Lucro atribuível ao acionista da companhia	10.456	5.417
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	109.507	42.268
Lucro básico por ação - R\$	0,10	0,13

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 31 de dezembro de 2017, não existem instrumentos com potencial de diluição do lucro.

21. Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições específicas accordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações.

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	2017	2016
	(não auditado)	
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	39.900	38.933
Outros créditos (Nota 10)	5.197	
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 14)	1.452	784
Obrigação por aquisição de investimentos (Nota 13)	56.318	61.137
	102.867	100.854
Circulante	77.955	49.251
Não circulante	24.912	51.603
	102.867	100.854

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em curto prazo. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em curto prazo após a data da compra. As contas a pagar estão sujeitas a juros.

Os outros créditos referem-se a valores pagos de forma antecipada para as partes relacionadas, conforme acordo firmado entre as partes.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vendas de produtos

	2017	2016
	(não auditado)	
Vendas de produtos junto aos acionistas	22.454	19.361
Venda de produtos demais partes relacionadas	32.919	28.194
	<u>55.372</u>	<u>47.555</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(c) Compras de produtos e serviços

	2017	2016
	(não auditado)	
Compras de produtos junto aos acionistas	78	3.584
Compras de produtos demais partes relacionadas	22.090	4.633
	<u>22.168</u>	<u>8.217</u>

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Silva, conselheiro da Companhia. Os serviços de administração são comprados da Controladora imediata com base nos custos, permitindo uma margem de 10% (2017 - 10%).

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2017	2016
	(não auditado)	
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	4.567	2.804
	<u>4.567</u>	<u>2.804</u>

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora. Consequentemente, não há despesas com remuneração alocadas a controladora na data base.

Agro Trends Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Receitas (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Receita de venda de insumos agrícolas	853.172	409.303
Receita de venda de grãos de soja e milho	282.068	6.331
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(1.956)	(1.188)
Descontos, abatimentos e devoluções	(57.412)	(16.550)
(-) Ajuste a valor presente de vendas	(28.081)	(7.809)
	<u>1.047.790</u>	<u>390.087</u>

- (i) As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas, bem como são isentas de Pis/Cofins.

23. Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Custo de insumos agrícolas	680.452	322.875
Custo de grãos de soja e milho	283.663	5.456
Fretes	6.752	2.500
(-) Ajuste a valor presente de compras	(34.462)	(7.645)
	<u>936.405</u>	<u>323.186</u>

24. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)	(não auditado)		
Despesa com aluguel			2.918	475
Despesa com depreciação e amortização			4.806	690
Despesa com impostos e taxas	3	4	4.139	182
Despesa com material de uso de consumo			1.130	311
Despesa com pessoal			13.995	2.159
Despesa com serviço de terceiros	59	1.492	7.072	2.952
Despesa com viagem e hospedagem	4	218	1.524	494
Outras despesas administrativas e gerais	2	569	2.804	448
	<u>68</u>	<u>2.283</u>	<u>38.389</u>	<u>7.709</u>

Nos montantes acima, estão contidas despesas (receitas) que são classificadas como não recorrentes pela administração, haja vista sua natureza não usual às suas atividades operacionais normais de cada exercício.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essas despesas (receitas) tem a seguinte natureza, por exercício:

	Consolidado	
	2017	2016
	(não auditado)	
Despesa com contingência tributária	2.356	
Despesa com contingência ambiental	1.083	
Resultado positivo extraordinário de grãos		(7.759)
Total de despesas não recorrentes	3.439	(7.761)

Despesas com vendas, por natureza (Consolidado)

	2017	2016
	(não auditado)	
Despesa com combustíveis	1.693	477
Despesa com comissões	10.460	7.923
Despesa com logística	871	586
Despesa com propaganda e publicidade	1.902	380
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.404	3.256
Despesa com veículos, viagens e outros	8.106	3.991
	31.437	16.613

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)	(não auditado)		(não auditado)
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	25	68	325	489
Descontos obtidos por antecipação de pagamento			13.038	3.513
Receita com operações de Barter			9.360	(14.433)
Realização do AVP de recebíveis			44.917	4.651
Juros sobre clientes			22.562	
Outros				
Total das receitas financeiras	25	68	90.202	(5.780)
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.262)		(18.439)	(5.535)
Juros sobre CRA			(4.621)	
Realização do AVP de fornecedores			(48.676)	(12.027)
Descontos concedidos			(6.685)	
Remuneração sobre garantias dos sócios			(4.675)	
Outras despesas financeiras	(2)		(13.464)	(312)
Total das despesas financeiras	(1.264)		(96.560)	(17.874)
Variação cambial				
Instrumentos financeiros derivativos			(983)	
Variação cambial ativa			12.535	8.634
Variação cambial passiva			(17.528)	(10.483)
			(5.977)	(1.849)
Resultado financeiro	(1.239)	68	(12.335)	(25.503)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

26. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2017	2016
	(não auditado)	
Ajuste a valor presente e valor justo	(2.291)	3.301
Prejuízo fiscal e base negativa	5.657	
Provisão de bônus	442	
Ajuste a valor justo de fornecedores		(3.349)
Mais valia sobre aquisição de investida	(2.061)	(383)
Provisão para contingência	892	
Ativo de impostos diferidos, líquido	2.639	(431)
Impostos diferidos ativos	4.700	5.413
Impostos diferidos passivos	2.061	5.844
Passivos de impostos diferidos, líquidos, por empresa	2.639	(431)

A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e de contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(não auditado)		(não auditado)	
Lucro antes dos impostos	10.456	5.417	30.818	17.124
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
	(3.555)	(1.842)	(10.478)	(5.822)
Resultado de equivalência patrimonial	4.000	2.595		
Outros	(445)	(753)	(373)	(797)
Tributos no resultado			(10.851)	(6.619)
Corrente			(14.729)	(13.687)
Diferido			3.878	7.068
Tributos no resultado			(10.851)	(6.619)

27. Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Comitê Executivo, que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, bem como pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, Grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operação decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como dos grãos originados nas operações de "Barter". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho desses segmentos operacionais com base na evolução das receitas e no EBITDA ajustado gerados por cada segmento operacional. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas, quando aplicável, e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente aos segmentos são consideradas como não-reportável, pois atende todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, no contexto do Grupo.

Demonstração do resultado consolidado por segmento

	Grãos		Insumos		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita operacional	282.068	6.331	765.722	383.756	1.047.790	390.087
Custo das mercadorias vendidas	(283.663)	(5.456)	(652.743)	(317.730)	(936.406)	(323.186)
Resultado bruto	(1.594)	875	112.979	66.026	111.384	66.901
Despesas com vendas	(612)	(429)	(30.824)	(16.184)	(31.437)	(16.613)
Despesas gerais e administrativas	(2.059)	(122)	(31.522)	(6.897)	(33.583)	(7.019)
Outros resultados operacionais	(113)	1.593	161	1.594	48	
Resultado financeiro líquido	9.360	(14.433)	(21.695)	(11.070)	(12.335)	(25.503)
Resultado gerado pelos segmentos	5.094	(14.222)	30.531	32.036	35.623	17.814
Depreciação e amortização			(4.806)	(690)	(4.806)	(690)
Imposto de renda e contribuição social	(1.732)	4.835	(9.119)	(11.454)	(10.851)	(6.619)
Lucro líquido do exercício	3.362	(9.386)	16.606	19.891	19.967	10.505
(+/-) Resultado financeiro	(9.360)	14.433	21.695	11.070	12.335	25.503
(+/-) IRPJ e CSLL	1.732	(4.835)	9.119	11.454	10.851	6.619
(+) Depreciação e amortização			4.806	690	4.806	690
(+/-) Despesas não recorrentes			3.439	(7.759)	3.439	(7.759)
EBITDA Ajustado	(4.266)	211	55.664	35.347	51.398	35.558

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento, entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital do que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

Ativos e Passivos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos e passivos operacionais da companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há saldos de contas a receber e contas a pagar em aberto decorrentes das atividades do segmento de grãos, de modo que a segregação é apresentada como segue:

	Grãos		Insumos		Total	
	2017	(não auditado)	2017	(não auditado)	2017	(não auditado)
Ativo						
Contas a receber de clientes			535.296	474.874	535.296	474.874
Estoques	6.330	585	298.343	336.756	304.673	337.341
Ágio	1.105	1.105	80.808	83.841	81.913	84.946
Outros créditos	2.133	1.528	16.012	16.250	18.145	17.778
Total dos ativos alocados	9.568	3.218	930.459	911.721	940.027	914.939
Demais ativos não alocáveis					113.211	50.058
Total dos ativos					1.053.238	964.997
Passivo						
Fornecedores	3.726	2.026	499.778	571.443	503.504	573.469
Outras contas a pagar	2.749	1.958	14.722	15.722	17.471	17.680
Total dos passivos alocados	6.475	3.984	514.500	587.165	520.975	591.149
Demais passivos não alocáveis					532.263	373.848
Total dos passivos					1.053.238	964.997

28. Instrumentos financeiros (consolidado)

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As operações realizadas pelo Grupo através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

29.1 Ativos

Os ativos financeiros do Grupo são classificados como empréstimos e recebíveis e são como segue:

	2017		2016	
		(não auditado)		
Outros ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		69.908		15.294
Contas a receber de clientes (i)		408.962		326.552
Títulos e valores mobiliários		17.758		
Outros créditos (ii)		18.145		17.778
		514.773		359.624

(i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

(ii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Passivos

Os passivos financeiros do Grupo são classificados como segue:

	2017	2016
	(Não auditado)	
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	503.504	573.469
Empréstimos e financiamentos	147.784	96.128
Obrigações por cessão de crédito	140.047	35.260
Obrigação por aquisição de ações	56.318	61.137
Outras contas a pagar (iii)	8.204	9.699
	<u>855.857</u>	<u>775.693</u>
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	159	1.243
	<u>159</u>	<u>1.243</u>

(iii) Não considera passivos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Obrigações por cessão de crédito - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

29.4 Posições em aberto em outros valores a receber

Em 31 de dezembro, as seguintes posições em aberto a receber e a pagar no mercado de futuros são como segue:

	2017	2016
		(não auditado)
Venda de <i>commodities a termo</i>		2.325
Swap	159	(1.082)
	<hr/> 159	<hr/> 1.243

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

29.5 Swap de taxas de juros

Os valores de referência (nocional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2017, correspondem a R\$ 159 (2016 - R\$ 1.082). Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de juros fixas variaram entre 1,1% e 1,21% (2016 - 1,1% a 1,21%).

29.6 Venda a termo

O Grupo possui contratos de venda futura de soja, milho e soja em dólar. As posições em aberto em 31 de dezembro são como segue:

(a) 2017

Produto	Quantidade (mil de sacas)	Preço médio - R\$/ Sc	Nocial	Valor de mercado
Soja	2.326	R\$ 63,34	R\$ 147.316	(31)
Milho	504	R\$ 23,84	R\$ 12.018	(1)
				<hr/> <hr/> (32)

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) 2016

Produto	Quantidade (mil de sacas)	Preço médio - R\$ / Sc	Nocial	Valor de mercado
Soja	1.376	R\$ 63,50	R\$ 81.166	1.064
Milho	685	R\$ 28,50	R\$ 13.956	200
Soja em dólar	404	USD 19,56	USD 8.707	1.061
				<u>2.325</u>

29.7 Posição de Swap de taxas de juros

Referem-se a ajustes nas posições de swap de dólar, com vencimentos futuros, com referência à cotação de R\$ 3,3144 em 31 de dezembro de 2017 (2016 – R\$ 3,9048) acima.

Banco	Vencimento	Saldo a Pagar/(receber) (R\$ mil)	2017		2016 (não auditado)	
			Banco	Vencimento	Banco	Vencimento
			Citibank	18/07/2018	54	Citibank
Citibank	18/07/2018	54			05/09/2017	(426)
ABC	20/08/2018	(124)			02/05/2017	(223)
Itaú	25/11/2019	152			30/10/2017	(197)
Citibank	12/03/2018	118			27/04/2018	(108)
Citibank	31/10/2018	(41)			22/04/2019	(128)
		<u>159</u>				<u>(1.082)</u>

29.8 Análises de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros e commodities.

(a) Variações nos preços das commodities

	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	Aumento			Redução		
					Cotação	Provável	25%	50%	Efeito	Efeito
						5%	25%	50%		
Soja - Safra 17.18	14.484	Venda	15.101	62,55	(755)	(3.775)	(7.550)	3.775	3.775	7.550
Milho - Safra 2017	1.768	Venda	565	19,16	(28)	(141)	(282)	141	141	282
					<u>(783)</u>	<u>(3.916)</u>	<u>(7.833)</u>	<u>3.916</u>	<u>3.916</u>	<u>7.833</u>

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Variações nas taxas cambiais

	Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento		Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Câmbio	(6.900)	(22.825)	3.3080	(1.141)	(5.706)	(11.413)	5.706
Contrato de Swap	Câmbio	6.900	22.825	3.3080	1.141	5.706	11.413	(5.706)
Contas a receber	Câmbio	10.357	34.260	3.3080	1.713	8.565	17.130	(8.565)
Contas a pagar	Câmbio	(14.149)	(46.805)	3.3080	(2.340)	(11.701)	(23.403)	11.701
						(627)	(3.136)	3.136
							(6.272)	6.272

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nocial	Saldo de Fechamento	Mercado Atual	Aumento		Redução	
					Provável 5%	25%	50%	25%
					Cotação	Efeito	Efeito	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	128.371	140.884	6,0%	(382)	(1.910)	(3.819)	1.910
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	6.900	6.900	6,0%	(21)	(103)	(205)	103
					135.271	147.784	(402)	2.012
							(2.012)	4.024

29. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

(a) Reconciliação da dívida líquida

	2017	2016
		(não auditado)
Empréstimo de curto prazo	132.359	53.024
Empréstimo de longo prazo	15.425	43.104
Total da dívida	147.784	96.128
Caixa e equivalentes de caixa	(69.908)	(15.294)
Dívida líquida	77.876	80.834

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimo bancário	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	64.682	64.682	(4.000)	60.682
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de debêntures	56.089	56.089		56.089
Obtenção de empréstimos				
Pagamento de empréstimos	(23.383)	(23.383)		(23.383)
Pagamento de juros/dividendos	(5.425)	(5.425)		(5.425)
Outras			(11.294)	(11.294)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados	4.165	4.165		4.165
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	96.128	96.128	(15.294)	80.834
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	96.128	96.128	(15.294)	80.834
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Captação de debêntures	117.683	117.683		117.683
Obtenção de empréstimos	(78.540)	(78.540)		(78.540)
Pagamento de empréstimos	(9.285)	(9.285)		(9.285)
Pagamento de juros/dividendos			(54.614)	(54.615)
Outras				
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados	21.798	21.798		21.798
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	147.784	147.784	(69.908)	77.876

30. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 a cobertura de seguros do Grupo, contratada de acordo a orientação de seus consultores de seguros, compreendia:

Cobertura de seguro	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	50.000	100.000
Predial e Estoques	45.000	47.290
Veículos	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE

31. Eventos subsequentes

a) Cenário de pandemia

No final do primeiro trimestre de 2020, tendo em vista o cenário de pandemia mundial, a Companhia verificou a necessidade imediata de dedicar seus esforços a prevenção e combate ao Coronavírus.

Antes mesmo que as autoridades brasileiras determinassem que as empresas privadas tomassem qualquer medida de prevenção, ao final de fevereiro de 2020 a Companhia divulgou amplamente as orientações preventivas a serem seguidas por seus funcionários como medida para evitar contágio. Ainda em março de 2020 foi instituído o comitê de crise, divulgando amplamente o plano de contingência para enfrentamento ao COVID-19, bem como consultoria com médico infectologista e monitoramento de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus. É importante destacar que os serviços prestados pela Companhia sempre estiveram de acordo com a classificação federal de serviços essenciais, através do Decreto Federal nº 10.282/20.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações imediatas para contenção da crise envolveram o cancelamento de eventos, viagens, reuniões, treinamento e processo seletivo presenciais, intensificação da higienização dos ambientes e mobiliários da empresa, afastamento dos funcionários do grupo de risco e investimento em adequações para alocação de equipes em home office, além de adaptações às regras de distanciamento social nos sites do Grupo.

Diante das incertezas relacionadas ao cenário de pandemia, que ainda persiste, o Grupo mantém avaliação contínua sobre os possíveis impactos que podem ocorrer em suas operações em relação a:

- Insumos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- impactos nas vendas; e
- Impactos no fluxo de caixa do Grupo, e se há um aumento significativo no risco de crédito.

Até a presente data, a Administração não identificou impactos significativo da pandemia sobre suas operações e não espera que o cenário de pandemia afete os resultados e/ou plano de expansão da Companhia e suas controladas. Na data em que a Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas em 2019, a administração determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da entidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

b) Cisão parcial de seu acervo líquido

Em 30 de setembro de 2020, os acionistas da controlada Rural aprovaram a cisão parcial de seus ativos, mediante a versão de R\$ 72.164 do seu capital social à Rural Brasil CAR S.A (“Rural CAR”), empresa constituída com a finalidade exclusiva de receber os ativos cindidos, na mesma proporcionalidade da ações dos acionistas controladores e não controladores da Rural.

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia, aprovaram a cisão parcial dos ativos da Companhia, representados por sua participação societária na Rural CAR Companhia e a versão do acervo líquido cindido à Agro Opportunity Participações S.A. Essa cisão parcial ocorreu com a finalidade de refletir os acordos jurídicos estabelecidos entre seus acionistas e resultou na redução de do capital social da Companhia, no valor de R\$45.295.

c) Aquisição do controle da Campeã Agronegócios S.A.

Em 17 de junho de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Campeã Agronegócio S.A. (“Campeã”) por meio da aquisição de participação societária equivalente a 70% do capital social desta investida. A Campeã é uma sociedade anônima fechada com sede no município de Água Fria de Goiás, no estado de Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalador, esmagadora de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

d) Possibilidade de Initial Public Offering (IPO)

Em julho de 2020, os acionistas do Grupo avaliaram a possibilidade de acessar o mercado de capitais e decidiram proceder com uma reestruturação societária para viabilizar essa operação. Nesse contexto, a administração do Grupo procedeu com determinados movimentos societários, com o objetivo de efetuar a distribuição primária de ações de sua nova estrutura, denominada Agrogalaxy, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e ser listada no Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberada e aprovada as seguintes matérias:

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a submissão pela Agrogalaxy do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão: (a) do pedido de adesão do Agrogalaxy ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações do Agrogalaxy na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria do Agrogalaxy autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

Os movimentos societários realizados pela administração do Grupo para viabilizar essa operação, foram os seguintes:

- Em 30 de outubro de 2020, os acionistas não controladores da Rural efetuaram aporte de capital na Companhia mediante a conferência de ações que esses detinham na Rural, equivalentes a 37,23% do capital social da empresa. Nesse evento, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 89.007 para R\$ 127.645, mediante a emissão de 107.381.592 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- Em 30 de outubro de 2020, a Agro Key Participações S.A. (“Agro Key”) e a Agro Advance Participações S.A. (“Agro Advance”) foram incorporadas pela Companhia, determinada como adquirente legal, que nessa mesma data alterou a sua razão social para Agrogalaxy Participações S.A (“Agrogalaxy”). Nessa operação, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, a Agro Key foi determinada como adquirente contábil e, portanto, as demonstrações financeiras do Agrogalaxy serão apresentadas como uma continuidade das demonstrações financeiras da Agro Key.

Esta reestruturação ocorreu com a troca de ações, por valores negociados entre as partes, em uma operação entre companhias que não possuem controle comum e, portanto, representa uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15 (R1)/ IFRS 3 Combinação de negócios, apresentada considerando o método de aquisição. Como parte da avaliação da Administração, para fins de combinação de negócios, a Agro Key foi considerada a adquirente contábil (apesar de ser a empresa legalmente incorporada/adquirida) e a Companhia, assim como a Agro Advance, foram consideradas as empresas adquiridas, (apesar de a Agro Trends ser incorporadora e a entidade sobrelevante legal), configurando uma situação de aquisição reversa.

Também em 30 de outubro de 2020, as empresas concluíram a obtenção de todas autorizações, renúncias, consentimentos e aprovações de terceiros necessárias para a consumação dessa operação. Desta forma, a transação foi legalmente implementada por meio de troca de ações, com a extinção da Agro Key e a Agro Advance, nos termos do artigo 219, inciso II, da Lei das S.A. e estabelecendo o Agrogalaxy (antiga Agro Trends) como sucessora de todos os direitos e obrigações das empresas extintas

A referida operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a combinação dos negócios dessas empresas, por meio da incorporação da Agro Key e da Agro Advance pela Companhia, nos termos do artigo 1.117 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dos artigos dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Key pela Companhia e do Protocolo de Justificação de Incorporação da Agro Advance pela Companhia, celebrados em 23 de outubro de 2020.

A contraprestação transferida ocorreu pela relação de substituição de ações nas proporções accordadas de 1,12746 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Key e 0,93942 ação ordinária de emissão da Agrogalaxy por cada ação ordinária de emissão da Agro Advance. Dessa forma, os acionistas da Agro Key passaram a deter, em conjunto, 44,10% do capital social total e votante da Agrogalaxy, enquanto os acionistas originais da Companhia passaram a deter, em conjunto, 41,7% do capital social total e votante da Agrogalaxy.

Agro Trends Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos contábeis desta reestruturação, incluindo alocação de preço da aquisição de negócios, representado pelo valor justo das empresas contabilmente adquiridas, Agro Advance e Companhia, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da adquirente contábil Agro Key a partir de 31 de outubro de 2020.

* * *